

MANUAL DA EXTENSÃO RURAL

prática coletiva,
acesso ao mercado
e monitoramento
econômico para
grupos sociais



CLEITON SILVA FERREIRA MILAGRES
RENATA RAUTA PETARLY
JULIANA AGUIAR DE MELO
DIEGO NEVES DE SOUSA

MANUAL DA EXTENSÃO RURAL

prática coletiva, acesso ao mercado e
monitoramento econômico para grupos sociais



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - EDUFT

REITOR

Luis Eduardo Bovolato

VICE-REITOR

Marcelo Leineker Costa

CHEFE DE GABINETE

Emerson Subtil Denicoli

**PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
(PROAD)**

Jaasiel Nascimento Lima

**PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS
(PROEST)**

Kherley Caxias Batista Barbosa

**PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO, CULTURA E
ASSUNTOS COMUNITÁRIOS
(PROEX)**

Maria Santana Ferreira dos Santos

**PRÓ-REITORA DE GESTÃO E
DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS
(PROGEDEP)**

Michelle Matilde Semiguem Lima Trombini Duarte

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)

Eduardo José Cezari

**PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
(PROPEAQ)**

Raphael Sânzio Pimenta

**PRÓ-REITOR DE TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO
(PROTIC)**

Ary Henrique Morais de Oliveira

CONSELHO EDITORIAL

PRESIDENTE

Ruhena Kelber Abrão Ferreira

MEMBROS DO CONSELHO POR ÁREA

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE

Eder Ahmad Charaf Eddine
Marcela Antunes Paschoal Popolin
Marcio dos Santos Teixeira Pinho

CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Barbara Tavares dos Santos
George Leonardo Seabra Coelho
Marcos Alexandre de Melo Santiago
Rosemeri Birck
Thiago Barbosa Soares
Willian Douglas GuilhermE

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Roseli Bodnar
Vinicius Pinheiro Marques

ENGENHARIAS, CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

Fernando Soares de Carvalho
Marcos André de Oliveira
Maria Cristina Bueno Coelho

INTERDISCIPLINAR

Ana Roseli Paes dos Santos
Ruhena Kelber Abrão Ferreira
Wilson Rogério dos Santos



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

MANUAL DA EXTENSÃO RURAL

prática coletiva, acesso ao mercado e
monitoramento econômico para grupos sociais

AUTORES:
CLEITON SILVA FERREIRA MILAGRES
RENATA RAUTA PETARLY
JULIANA AGUIAR DE MELO
DIEGO NEVES DE SOUSA

PALMAS
2023

Copyright ©2023 Universidade Federal do Tocantins

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS - A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. a violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do código penal.

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Maria Clara | MC&G Editorial

ARTE DE CAPA: G. Coelho | MC&G Editorial

REVISÃO: O conteúdo dos textos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade dos respectivos autores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M294 Manual da extensão rural : prática coletiva, acesso ao mercado e monitoramento econômico para grupos sociais [recurso eletrônico] / org. Cleiton Silva Ferreira Milagres ... [et al.]. – Palmas : EDUFT , 2023. Dados eletrônicos (pdf).

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5390-069-1

1. Extensão rural. 2. Economia regional e urbana. 3. Agricultura familiar – Políticas públicas - Brasil. 4. Economia agrícola – Brasil. 5. Desenvolvimento rural – Brasil. I. Milagres, Cleiton Silva Ferreira. II. Petarly, Renata Rauta. III. Melo, Juliana Aguiar de. IV. Sousa, Diego Neves de. V. Título.

CDD22 : 338 . 1981

Bibliotecária: Priscila Pena Machado - CRB-7/6971

Direitos desta edição cedidos à
Editora da Universidade Federal do Tocantins | Eduft
109 NORTE AV NS 15 ALCNO 14 - *Campus* de Palmas, BL IV
Palmas - TO
CEP 77001-090 - Brasil
Tel.: +55 63 3229-4301
www.uft.edu.br/editora

SUMÁRIO

Prefácio 1.....	7
Prefácio 2.....	9
Apresentação.....	11

PARTE 1 – A EXTENSÃO RURAL COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO PARA O CAMPO

1 A trajetória histórica da Extensão Rural e suas distintas abordagens.....	17
2 Da transmissão à participação: o enfoque participativo no processo de intervenção social no campo.....	25
3 Diversidade da Agricultura.....	33
4 Relações de gênero no meio rural	37

PARTE 2 – A EXTENSÃO RURAL E O FORTALECIMENTO DO TRABALHO COLETIVO DA AGRICULTURA FAMILIAR

5 Trabalho coletivo: O cooperativismo e o associativismo como forma de organização social e produtiva para agricultura familiar	43
6 ATER Cooperativa.....	57
6.1 Roteiro para Caracterização da Cooperativa.....	65
6.2 Exemplo de Ficha de Cadastro do Associado.....	66

PARTE 3 – A ATUAÇÃO DA EXTENSÃO RURAL NAS ESTRATÉGIAS DE MONITORAMENTO SOCIOECONÔMICO E DE ACESSO AOS MERCADOS

7 Políticas Públicas e Acesso aos mercados formais para a agricultura familiar.....	69
8 Mecanismo de controle econômico da produção familiar.....	79
8.1 O Monitoramento Econômico.....	81
8.2 O Mercado	91
8.3 Cadernos de Monitoramento Econômico da Agricultura Familiar	91

PARTE 4 - INSTRUMENTOS DIDÁTICOS-PEDAGÓGICOS DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA NO CAMPO E MÉTODOS PARA INTERVENÇÃO PARTICIPATIVA

9 O enfoque participativo e a Extensão Rural	97
Referências	101

PREFÁCIO 1

A extensão rural e a assistência técnica são temas nevrálgicos para o desenvolvimento regional por ser o campo parte inexorável de qualquer estratégia que vise reduzir as disparidades entre regiões e é com grande felicidade que a Universidade Federal do Tocantins (UFT) disponibiliza à sociedade brasileira este manual de orientação técnica.

É um manual que busca avançar sobre a diversidade presente na extensão rural, indo desde o contexto histórico até a forma como a assistência técnica rural foi se consolidando no Brasil, saindo de uma perspectiva puramente transferidora de tecnologia para debates inclusivos sobre gênero, participação popular, trabalho coletivo, acesso à mercados, solidariedade, e trazendo para o centro da discussão formas de políticas públicas mais amplas e aplicadas.

Para uma perspectiva do desenvolvimento regional e territorial, essa visão ampla apresentada é fundamental para demonstrar espaços e institucionalidades ocupados pelos beneficiários da extensão rural, pelos órgãos governamentais, pelas universidades públicas, sociedade civil e associações não governamentais, com o livro conversando em diversas escalas e despertando no leitor a ideia de que elas podem ser orientadas e articuladas em prol da melhoria da qualidade de vida no campo, especialmente nas regiões mais vulneráveis social e produtivamente.

O livro se direciona para o agricultor, mas também para o extensionista, para o servidor público, para a comunidade rural, urbana e é possível perceber a mudança de um viés apenas econômico e produtivo para uma seara política e transversal do desenvolvimento. Desenvolver o meio rural não é somente elevar a produtividade, levando conhecimento da cidade para o campo, ele também é um processo articulado institucionalmente, sujeito a disputas políticas, com desafios de governança e maleável de acordo com a comunidade, a forma de produzir e o meio ambiente.

O debate da amplitude da extensão rural é importante atualmente, pois vivenciamos um momento de profundas mudanças na estruturação da ação pública no campo, com o recuo de políticas públicas importantes voltadas para a agricultura familiar, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

A mudança é sensível nas políticas rurais e também sobre as políticas de desenvolvimento regional, uma vez que até a década de 2010, os “pronafricanos” eram um dos principais tomadores dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FCFs), o principal instrumento de fomento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) Brasileira. Ou seja, fragilizar a agricultura familiar e a assistência técnica constituída ao seu redor é fragilizar uma importante área da ação pública para o desenvolvimento regional, correndo o risco de colocar em lados opostos setores complementares, como o agronegócio de monocultura e grandes extensões rurais, gerador de riquezas e dividendos para a balança comercial brasileira, e a agricultura familiar, que apresenta maior capilaridade social, diversidade de culturas, mas que é mais frágil do ponto de vista econômico.

A ideia é consolidar o caráter complementar dessas atividades, em prol do desenvolvimento socioeconômico brasileiro, consubstanciado na preservação ambiental, e o livro dá grandes pistas sobre como fortalecer setores e institucionalidades mais vulneráveis do campo, a partir de uma metodologia inovadora e inclusiva.

Portanto, o livro da UFT vem em boa hora para percepções sobre a vida no campo, sendo tanto um manual direcionado para a extensão rural dos governos estaduais, universidades públicas, organizações não governamentais, quanto um guia amplo e orientador de como produzir, ser solidário, pedagógico, acessar mercados e se relacionar com instituições públicas. Isto é, como ativar vetores sólidos e agregadores para a melhoria da qualidade de vida da população no meio rural.

Rodrigo Portugal

Doutor em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ)

Economista da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)

Pesquisador Associado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

PREFÁCIO 2

O “Manual da Extensão Rural: prática coletiva, acesso ao mercado e monitoramento econômico para grupos sociais” é uma obra estratégica que contribui para que agentes multiplicadores e demais mediadores tenham maior conhecimento das especificidades da agricultura familiar e de suas organizações coletivas. Com o apoio do serviço de extensão rural, o agricultor familiar tem mais oportunidade de acesso às tecnologias sustentáveis, mercados formais e políticas públicas que promovem o desenvolvimento rural e a inclusão produtiva.

O conteúdo apresentado nessa obra foi resultado de inúmeras ações de transferência de tecnologia e de conhecimentos com os distintos públicos da agricultura familiar no estado do Tocantins realizada em parceria da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) com a Universidade Federal do Tocantins (UFT).

A obra potencializa a parceria da Embrapa com a UFT e reforça o compromisso em ofertar conhecimentos que atendam a realidade da agricultura familiar. Portanto, o manual é de suma relevância para orientar os processos de intervenção sociotécnica mediado por agentes multiplicadores da extensão rural como forma de fortalecer o trabalho coletivo de agricultores familiares.

Roberto Manolio Valladão Flores

Chefe Adjunto de Transferência de Tecnologia
da Embrapa Pesca e Aquicultura

APRESENTAÇÃO

O Manual Sobre Extensão Rural apresenta um conjunto de informações sobre a orientação técnica no campo e objetiva apoiar as ações de extensionistas nas áreas rurais, tanto em programas e projetos de extensão universitária quanto para auxiliar nos processos de intervenção de técnicos de empresas públicas e privadas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atuar com diversos públicos e problemáticas do mundo rural.

Problematizar o “mundo rural” não é uma tarefa fácil, pois são inúmeros os estudos que abordam a temática e que ressaltam as suas contínuas transformações. Muitas dessas podem, aparentemente, ser explicadas como a transição de um contexto anteriormente conservador para um novo contexto mais dinâmico. No entanto, um não exclui o outro. Há uma impressionante multiplicidade de enfoques, pressuposições, avaliações e resultados sobre o rural, dando conta da pluralidade de temas com que se pode relacionar a este conceito (LEPRI, 2005). O espaço rural está em movimento, convergindo para um processo de desenvolvimento devido às várias funções que podem desempenhar.

A ideia de construir um manual voltado para algumas questões da Extensão Rural vai de encontro ao objetivo geral do Programa de Extensão intitulado “Sociedade, Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional” que é realizar atividades de educação informal sobre temas correlatos ao meio ambiente e que proporcione a construção do conhecimento e a troca de saberes, seja por meio da transmissão de informações e/ou na sensibilização com os atores locais no campo. A maioria do público beneficiário das ações e dos projetos que compõe o Programa estão situados em comunidades rurais e quilombolas, ribeirinhos, assentados da reforma agrária, reassentados de grandes empreendimentos econômicos, pescadores artesanais e piscicultores familiares, produtores agroecológicos, comunidades quilombolas, entre outros.

Os textos e as experiências que foram reunidos na construção deste Manual foram utilizados nas ações de campo e compõem resultados

obtidos em projetos de pesquisa e, principalmente, naqueles de extensão universitária em que os autores estiveram envolvidos por meio da atuação do Núcleo de Estudos Rurais, Desigualdades e Sistemas Socioecológicos (NERUDS), o que corresponde a “um conjunto de ações sócio comunitárias voltadas para a produção de benefícios coletivos” (CARNEIRO, 1985). Assim, este Manual poderá apresentar, ainda que de forma sucinta, algumas boas práticas que possam auxiliar a sistematização de experiências inovadoras que conseguiram integrar o tripé estruturante das universidades públicas brasileiras: ensino, pesquisa e extensão, e que também se aplicam à realidade dos inúmeros extensionistas da ATER.

É importante destacar para quem se destina o conteúdo compartilhado neste material. A pluralidade de métodos e concepções extensionistas enriquecem a prática vivenciada no campo por meio das inúmeras assessorias e capacitações que foram realizadas e, principalmente, por abranger um número de distintas comunidades de agricultores familiares e suas organizações coletivas.

Na primeira parte trata de apresentar as distintas abordagens da Extensão Rural no Brasil e como sua aplicabilidade está atrelada às diferentes formas de se pensar o desenvolvimento para o campo. A segunda parte se direciona a pensar como a Extensão Rural pode contribuir para os processos organizativos dos coletivos existentes no meio rural. Aqui apresentaremos como essas organizações coletivas são estruturadas, como o planejamento financeiro é imprescindível para a organização social e produtiva e algumas políticas públicas que podem contribuir para o desenvolvimento dos agricultores familiares e de suas organizações. A terceira parte apresenta alguns instrumentos didático-metodológicos que podem orientar o trabalho de assessoria técnica com os atores locais e, com isso, obter experiências inovadoras de atuação com os distintos públicos da Extensão Rural, considerando, além do saber científico, o saber local no processo de intervenção.

Além disso, este material não tem a intenção de ser um guia que deve ser seguido como um passo a passo, no sentido de realizar um processo de intervenção social em que os objetivos com o público beneficiário só serão alcançados se todas as etapas descritas forem cumpridas uma após a outra. O intuito dos distintos capítulos é auxiliar o interessado acerca de informações que possam orientar o trabalho e a aplicação prática da Extensão Rural, seja com o uso de ferramentas e metodologias participativas, seja

com alternativas que possam promover um desenvolvimento sustentável pautado nos interesses da comunidade beneficiária. Essas ferramentas e alternativas pedagógicas apresentadas podem orientar quanto a tomada de decisão coletiva, seja para o técnico extensionista, para o pesquisador em trabalho de campo ou para o beneficiário das ações de extensão, permitindo a este último a compreensão de poder se envolver desde o início no assessoramento de novas práticas agropecuárias e domésticas, sustentáveis, de caráter educativo e transformador. Este é um manual para todos e todas que acreditam e valorizam o campo!

Os autores.

**PARTE 1 – A EXTENSÃO RURAL COMO ESTRATÉGIA
DE DESENVOLVIMENTO PARA O CAMPO**

A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EXTENSÃO RURAL E SUAS DISTINTAS ABORDAGENS

O histórico das ações de Extensão Rural no Brasil inicia por volta da década de 1910, com a chegada da Missão Rockefeller no país. Os trabalhos da Fundação norte-americana, comandada pela família Rockefeller, tinha como objetivo erradicar a fome e os problemas de saúde pública em países emergentes, como o Brasil. Os primeiros estados brasileiros a receberem suas ações foram o Rio de Janeiro, com ações de saúde pública nas áreas urbanas, e Minas Gerais, com ações de saúde pública nas áreas rurais. A Missão tinha como fundamento a perspectiva de levar o conhecimento para comunidades que não eram dotadas do saber técnico e, assim, poder contribuir com o desenvolvimento rural brasileiro. A ideia era de que os moradores das áreas rurais brasileiras dependiam de maneira urgente do conhecimento dos membros da Missão para terem acesso a informações sobre higiene, alimentação, trabalho e produção.

Uma de suas primeiras ações foi a criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), em Viçosa (MG), com o apoio do então presidente Arthur Bernardes. A ESAV, atual Universidade Federal de Viçosa (UFV), foi fundada com o objetivo de formar os técnicos que iriam atuar no campo junto às famílias rurais. Eles eram formados por professores norte-americanos nos seguintes cursos: Agronomia, Medicina Veterinária e Ciências Domésticas. Como já foi dito, a formação desses técnicos tinha como objetivo educar os moradores das áreas rurais, compreendendo que esses agricultores não sabiam realizar o trabalho agrícola de maneira adequada e não sabiam também como se comportar no ambiente doméstico de maneira saudável.

Em 1935 ocorre a primeira ação da Extensão Rural voltada especificamente para o público feminino do meio rural. O “Mês Feminino”

era promovido pela ESAV com o intuito de fazer uma formação específica para as esposas e filhas das elites agrárias mineiras e abordava os seguintes temas: regras de etiqueta, costura e culinária. O objetivo principal dessa formação era o educar as mulheres para serem ou tornarem boas esposas e boas donas de casa (LOPES; SILVA; SOUSA, 2017).

Com o início do trabalho de educação no espaço rural, foi necessário a criação de organizações que financiassem essas novas ações e, principalmente, que subsidiassem os investimentos que os agricultores deveriam realizar em suas propriedades. Assim, foi criada em 1940 a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) e, em 1948, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). O papel dessas organizações era o de conceder crédito financeiro aos grandes e médios agricultores para que esses pudessem fazer a aquisição de máquinas e insumos para suas propriedades no sentido de tecnificá-las.

Já em 1949, também na ESAV, foi criada a primeira Escola Superior de Ciências Domésticas. Esse curso propunha dois perfis profissionais: a aluna que se direcionaria à docência no ensino infantil e o extensionismo, que as levariam para o serviço de extensão rural, na ACAR (LOPES; SILVA; SOUSA, 2017).

Durante muitos anos, o lema da ACAR era “Uma professora, um técnico e um jipe” que representava exatamente como funcionava o serviço extensionista da época: uma professora para educar as famílias, um técnico para prestar assistência técnica e produtiva e um jipe que os levaria para qualquer lugar. A figura a seguir apresenta a abordagem dos extensionista em uma visita técnica realizada pelo agrônomo e a economista doméstica em uma propriedade em Minas Gerais.

Figura 1. O serviço de extensão rural por meio de visita técnica



Fonte: Souza (2015). Centro de Documentação e Pesquisa em Extensão Rural Eng. Agrônomo José Alfredo Amaral de Paula. EMATER-BH.

Essa distinção entre o trabalho das mulheres extensionistas para o trabalho dos homens extensionistas também resultou em uma das principais desigualdades existentes até hoje no meio rural: a desigualdade de gênero. Aprofundaremos nesse assunto em um próximo tópico específico sobre as questões de gênero no meio rural.

Essa primeira fase da institucionalização da assistência técnica e extensão rural no Brasil é conhecida como Humanismo Assistencialista devido ao seu caráter assistencialista de fazer os atendimentos e de construir o conhecimento no campo em uma perspectiva de comunicação unilateral. Durante esse período, os agricultores rurais não possuíam nenhum tipo de autonomia em relação ao trabalho dos técnicos, que eram os responsáveis por diagnosticar, definir e orientar o que deveria ser feito pela família. Com isso, cabia à família o trabalho de executar o que houvesse sido definido pelos técnicos, em uma concepção de cima para baixo.

Essa fase do serviço de ATER durou até a instauração do regime militar brasileiro, no ano de 1964. Durante essa nova fase, o meio rural deveria servir à nova perspectiva de desenvolvimento nacional, baseado na industrialização. Para que esse objetivo fosse alcançado, a dinâmica do meio rural estava orientada para produzir as matérias-primas industriais, garantir a alimentação de toda a população urbana e modernizar e estruturar as propriedades da população rural. É importante deixar claro que o processo de modernização e financeirização no campo acarretou em um alto índice de endividamento da população, agravando ainda mais o aumento da pobreza rural, o que provocou com que o êxodo rural passasse a ser mais intenso naquele período. Por esse motivo, o meio rural brasileiro foi fundamental para aumentar a produção agropecuária para, assim, alimentar o aumento da população urbana resultante do movimento desse êxodo. Com essa necessidade de produzir cada vez mais, foi necessária a adoção de tecnologias que superassem as barreiras do tempo natural da agricultura.

Essas novas tecnologias foram difundidas pelos profissionais da ATER como um pacote tecnológico constituído por assistência técnica, insumos, maquinários e crédito para aquisição dessas novas ferramentas e, conseqüentemente, modernização da propriedade rural. Com a necessidade de difundir o serviço de assistência técnica e extensão rural de maneira capilarizada nos estados e municípios brasileiros, foi criada em 1974 a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), a nível nacional, e que organizava os serviços prestados pelas Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) nos municípios. Nesse período, o serviço era prestado de maneira gratuita para todos os tipos de produtores rurais.

Durante esse período, que durou até o início da década de 1980, os agricultores eram consumidores de tecnologias e os técnicos tinham o papel de promover e difundir essas tecnologias. Mais uma vez é possível perceber o papel passivo dos produtores rurais de receberem as informações e o papel protagonista dos técnicos de difusores do conhecimento.

Na década de 1980, diversos são os estudos que começam a apresentar os impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes desse processo de modernização da agricultura. Nessa fase, as universidades passaram a atuar de maneira mais articulada com os movimentos sociais do campo nas denúncias desses impactos e pela retomada do período democrático. É nesse momento, também, que surge a Confederação Nacional dos Trabalhadores

da Agricultura (CONTAG) e uma intensa projeção midiática das ocupações realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Para o serviço de ATER, esse período é reconhecido como o do Humanismo Crítico e o papel da EMATER passa a ser de mediadora entre os produtores rurais e os movimentos sociais do campo com o Estado.

Com a redemocratização do país, as políticas instauradas pelo governo da época são de caráter neoliberal e consolidam a privatização dos serviços públicos de ATER, que deixam de ser prestados de maneira gratuita pelos estados. Na década de 1990, é possível acompanhar um intenso sucateamento dos órgãos de ATER, que ainda era prestado como serviço público, e o surgimento de diversas organizações privadas ofertando esse serviço como, por exemplo, as Organizações Não Governamentais (ONGs), as cooperativas de trabalho, cooperativas agropecuárias etc. Durante esse mesmo período, também surgem os primeiros estudos acadêmicos que demonstram o espaço rural não só como o local da produção agrícola, mas também como o local de vida e de relações sociais. Citam-se, por exemplo, o surgimento de formas de lazer associadas à vida rural e, em especial, a busca de qualidade de vida no campo como alternativa de moradia (CARNEIRO, 1998).

Nessa época surgem os estudos sobre a diversidade e a pluriatividade no meio rural. A pluriatividade emerge como reflexo das demandas urbanas e exigiu uma aproximação com o rural e em uma perspectiva de combinação de atividades. O fenômeno da pluriatividade é uma forma de explorar a agricultura e, como consequência, uma possibilidade de reelaboração de identidades sociais (CARNEIRO, 1998). Essa diversificação institucional é a forma como foi reconhecido esse período que durou até o ano de 2003.

Com a mudança de governo em 2003, o direcionamento das políticas públicas estatais para o meio rural é modificado e, com elas, também se modificou o papel da ATER. É a primeira vez que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) passa a direcionar suas políticas para a diversidade de públicos existentes no meio rural, como os agricultores familiares, pescadores artesanais, quebradeiras de coco, extrativistas, indígenas, assentados da reforma agrária etc. Para garantir o atendimento indiscriminado é elaborada a Lei nº 12.188/2010 que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) que, além de orientar qual público deve ser priorizado nos atendimentos, apresenta a agroecologia como matriz produtiva e as metodologias participativas como método indicado de intervenção sociotécnica. Essas mudanças

foram resultado das disputas e articulações entre movimentos sociais, universidades e grupos do governo que ocorreram nas décadas anteriores. Essa também é a primeira vez que se tem uma política pública específica para as mulheres rurais. O Programa de Organização Produtiva para Mulheres Rurais previa assistência técnica, documentação e crédito específico para as mulheres rurais. Além disso, foram criadas modalidades específicas de ATER para determinados grupos de agricultores, como o de assentados, com o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), e de pescadores artesanais e piscicultores familiares, com a Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola (ATEPA).

O papel dos técnicos de ATER passa a ser, então, de mobilizar o conhecimento existente no meio rural. O olhar sobre o público não é o de levar o conhecimento de quem o possui para quem não o tem, mas o de articular o conhecimento popular com as técnicas aprendidas e desenvolvidas pelos centros de pesquisa. No Quadro 1 é possível visualizar a síntese das principais abordagens da Extensão Rural no país e como era atribuído o papel dos extensionistas e sua relação com os agricultores.

Quadro 1: Distintos tipos de abordagens da Extensão Rural e os papéis atribuídos aos extensionistas e aos agricultores de acordo com Rogers (1995)

	CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS	PAPÉIS ATRIBUÍDOS AOS EXTENSIONISTAS	PAPÉIS ATRIBUÍDOS AOS AGRICULTORES
ABORDAGEM DIRETIVA	<p>Parte da premissa de que os agricultores <i>não têm condições</i> de resolver seus próprios problemas.</p> <p>Abordagem centrada nas atividades de pesquisa e no papel dos pesquisadores.</p> <p>São os pesquisadores que definem quais são os problemas a serem pesquisados.</p> <p>É conferida ênfase à <i>transferência</i> de informações, conhecimentos e tecnologias que resultam das pesquisas.</p> <p>A relação entre extensionista e agricultor é baseada em uma <i>hierarquia</i> na qual o exercício do poder de decisão é, geralmente, uma prerrogativa do extensionista.</p> <p>O sucesso do trabalho é medido de maneira quantitativa, pela adoção de inovações e de acordo com as mudanças de comportamento do agricultor.</p>	<p>O extensionista tem um <i>papel passivo</i> perante os pesquisadores:</p> <p>Não realiza pesquisas e não define os problemas a serem pesquisados.</p> <p>Esta é uma atribuição dos pesquisadores.</p> <p>O extensionista tem um <i>papel ativo</i> ou protagonista perante os agricultores:</p> <p>Apresenta as soluções definidas pelos pesquisadores;</p> <p>Transfere informações, conhecimentos e tecnologias que julga serem importantes.</p> <p>Cabe ao extensionista <i>persuadir</i> os agricultores a aprender e a adotar inovações tecnológicas desenvolvidas em ambientes distantes da realidade dos mesmos.</p> <p>O foco da intervenção extensionista é o <i>processo produtivo</i> (foco agrícola).</p>	<p>O agricultor tem um <i>papel passivo e colaborativo</i> perante os extensionistas:</p> <p>Não define os problemas;</p> <p>Não apresenta as soluções aos problemas que vivenciam;</p> <p>É receptor de informações, conhecimentos e tecnologias.</p> <p>Cabe ao agricultor aderir à proposta do extensionista, uma vez que é "alvo" de sua ação.</p> <p>Este papel passivo e a não compreensão das mudanças técnicas propostas desmotivam (ou causam desinteresse) os agricultores a adotar inovações.</p> <p>Os agricultores, tornados <i>objetos</i> da ação extensionista, não se imaginam como colaboradores ou parceiros do extensionista no processo de mudança proposto.</p>

A trajetória histórica da Extensão Rural e suas distintas abordagens

	CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS	PAPÉIS ATRIBUÍDOS AOS EXTENSIONISTAS	PAPÉIS ATRIBUÍDOS AOS AGRICULTORES
ABORDAGEM REATIVA	<p>Pressupõe-se que os agricultores <i>têm recursos escassos</i> (inclusive conhecimentos) para resolver seus próprios problemas.</p> <p>Abordagem centrada nas necessidades, dificuldades e demandas dos agricultores. Estas são identificadas pelos extensionistas ou pelos pesquisadores a partir da consulta aos agricultores.</p> <p>A pesquisa gera os novos conhecimentos e é papel da extensão <i>transmitir respostas prontas</i> aos agricultores.</p> <p>Embora identifiquem suas necessidades e problemas, os agricultores não geram suas próprias soluções aos mesmos.</p>	<p>O extensionista tem um <i>papel ativo</i> ou protagonista:</p> <p>Consulta aos agricultores;</p> <p>Define os problemas a partir das necessidades e das realidades dos agricultores;</p> <p>Comunica os problemas aos pesquisadores;</p> <p>Apresenta as soluções prontas aos agricultores;</p> <p>Transfere informações, conhecimentos e tecnologias que julgam serem importantes.</p> <p>Pode contribuir para inibir a criatividade e a capacidade de aprendizagem dos agricultores.</p> <p>O foco da intervenção extensionista é o <i>processo produtivo</i> (foco agrícola).</p>	<p>O agricultor tem um <i>papel passivo</i> e <i>colaborativo</i> perante os extensionistas:</p> <p>Apresenta suas necessidades, demandas e problemas que enfrenta;</p> <p>Não apresenta ou discute soluções originais ou próprias aos problemas identificados;</p> <p>É objeto da intervenção ou receptor de informações, conhecimentos e tecnologias difundidas pelos extensionistas.</p> <p>Este papel consultivo gera nos agricultores motivação inicial pelo envolvimento na expressão dos seus problemas, mas depois a sensação de que não contribuem de fato para resolvê-los, por ser alvo de respostas prontas.</p> <p>A abordagem pode gerar aumento de dependência do agricultor da presença do extensionista, limitando o ambiente de aprendizagem.</p>
ABORDAGEM INTERATIVA	<p>Pressupõe-se que os agricultores <i>têm conhecimentos e formas tradicionais para solucionar seus problemas</i> e que esta experiência é fundamental para a ação extensionista.</p> <p>Abordagem centrada na valorização da interação horizontal e colaborativa entre agricultores e extensionistas.</p> <p>Parte da premissa de que o aprendizado é um processo ativo de colaboração na construção de conhecimentos e não recepção passiva de algo transmitido.</p> <p>Valoriza o diálogo para elaborar alternativas aos problemas diagnosticados a partir da interação entre extensionista e agricultor.</p> <p>Pretende reforçar as práticas, os costumes e as redes de relação de aprendizado já existentes, não aumentando a dependência dos agricultores em relação aos extensionistas.</p> <p>Baseia-se em ações interativas contínuas e de <i>longo prazo</i>.</p>	<p>O extensionista tem um papel ativo ou protagonista:</p> <p>Consulta aos agricultores;</p> <p>Incentiva e apoia os agricultores em seus próprios esforços para criação de conhecimentos;</p> <p>Interage de igual para igual com os agricultores, estabelecendo relações de confiança e reciprocidade;</p> <p>Favorece o estabelecimento de processos de aprendizagem;</p> <p>Possibilita períodos mais longos de interação com os agricultores e seus grupos organizados;</p> <p>Assume o papel de colaborador que aprende junto com os agricultores.</p> <p>Cabe ao extensionista criar relações continuadas e aprofundadas com os grupos que participam do processo de interação.</p> <p>O foco da intervenção estende-se aos <i>processos socioeconômicos de produção</i> (foco rural).</p>	<p>Os agricultores têm <i>papel ativo</i> ou <i>protagonista</i>:</p> <p>Questionam, analisam e testam soluções para seus próprios problemas;</p> <p>Apresentam seus modos tradicionais e costumeiros de lidar com problemas e dificuldades;</p> <p>Não são mais considerados "grupos-alvo" ou receptores de informações, conhecimentos e tecnologias difundidas pelos extensionistas e sim parceiros em um processo de aprendizagem;</p> <p>Interagem em condições de igualdade (diálogo) com os extensionistas;</p> <p>Avaliam a ação extensionista, compartilhando poder de decisão sobre os objetivos, formatos e rumos da ação e dos processos de intervenção.</p> <p>Gera interação entre extensionistas e agricultores, favorecendo o ambiente de aprendizado mútuo.</p>

Fonte: Adaptado de Rogers (1995). Elaborado pelo professor Marcelo Miná Dias da Universidade Federal de Viçosa para uso didático na disciplina de Extensão Rural.

As mudanças ocorridas na ATER, além de difundir inovações tecnológicas, fomentar os processos de organização social e produtiva e prestar assistência técnica, é vislumbrada como ação profissional necessária para gerar confiança entre os participantes dos processos para que se sintam seguros a arriscar e ensaiar novas formas de produzir ou de se organizar a partir do processo de transferência de tecnologia.

No que se refere à PNATER, a política traz uma proposta inovadora no seu conjunto de ações quando sugere a intervenção extensionista sobre novas bases ecológicas e participativas, pautada na sustentabilidade e opondo-se à prática histórica da Extensão Rural de unilateralidade, na qual o agricultor era visto como depositário de pacotes tecnológicos. Além disso, define como prioritário o público da agricultura familiar. Desse modo, exige dos extensionistas uma nova postura, um novo tipo de atuação direcionada à ação educativa, democrática e participativa. Nesse contexto, verificam-se que a Extensão Rural vem passando por uma redefinição em sua trajetória histórica e também em termos de geração de conhecimento, tanto em âmbito teórico-metodológico quanto em questões atinentes às políticas públicas, o que remete à necessidade de extensionistas e instituições de ATER estarem conectados com as demandas, exigências e interesses dos públicos atendidos no meio rural.

Quer aprofundar mais nesses assuntos? Seguem algumas dicas de leitura:

COELHO, F. M. G. **A arte das orientações técnicas no campo:** concepções e métodos. Viçosa (MG): Editora UFV, 2005.

SOUSA, D. T. *et al.* (Org.) **Práticas e reflexões na extensão universitária:** a experiência da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa (MG): Editora UFV, 2017.

DA TRANSMISSÃO À PARTICIPAÇÃO: O ENFOQUE PARTICIPATIVO NO PROCESSO DE INTERVENÇÃO SOCIAL NO CAMPO

A Extensão Rural é concebida como um serviço de assessoria técnica para agricultores e suas famílias, grupos informais e organizações coletivas, nos campos da tecnologia da produção agropecuária, administração rural, educação alimentar, educação sanitária, educação ecológica, associativismo e ação comunitária (FIGUEIREDO, 1984). A disseminação de informações, o conhecimento técnico-científico e o uso de tecnologias aplicados ao modo de vida da população rural estão sistematicamente vinculados aos modelos de pesquisa e desenvolvimento atribuídos ao trabalho do extensionista.

As ações de intervenção, por muito tempo, se restringiram apenas ao papel de transferência de tecnologias, realizadas de forma verticalizada e ocorrida de maneira intencionada por quem a coordena. O enfoque sistêmico nas ações de pesquisa-extensão, denominado como modelo de pesquisa *Farming Systems Research (FSR)*, orientou instrumentos metodológicos na busca de inserir a participação das populações rurais e outros segmentos sociais que se encontravam à margem do desenvolvimento que se almejava para o meio rural.

Na tentativa de uma melhor interação entre atores partícipes do processo, a participação se tornou o elemento essencial em todos os métodos de pesquisa para o rural, embora não seja entendida da mesma maneira em todos eles. Karam e Freitas (2008) esclarecem que alguns métodos consideraram como participação o simples fato de o experimento ser realizado no estabelecimento do produtor rural e não totalmente em um centro experimental, como ocorria na época. Porém, há alternativas em que a participação desempenhada pelo produtor é mais ativa, no qual ele se envolveu e debateu com o pesquisador e outros produtores sobre o que está sendo pesquisado em uma perspectiva de baixo para cima,

resultando em um conhecimento novo para todos os atores envolvidos. Entretanto, a aplicação sempre era orientada de acordo com o desejo da instituição coordenadora e dos propósitos socioeconômicos, ambientais e políticos que ela pretendia alcançar.

Diante desse contexto, Chambers (1993) propôs um novo modelo de pesquisa para o espaço rural, em que os atores presentes na comunidade seriam os agentes protagonistas de seu próprio desenvolvimento, definindo, por sua vez, um modelo chamado nas ciências agrárias de *Farming First (FF)*.

Nesse modelo, a comunidade é convidada a acessar o uso da tecnologia conforme suas capacidades e prioridades. O objetivo não é transferir tecnologia para a comunidade, tampouco que a análise seja feita pura e simplesmente pelos agentes externos, mas empoderar a comunidade para aprender, adaptar e fazer o melhor uso da tecnologia. Nesse modelo, “o conhecimento local é único, sendo sistematizado e avaliado para a assimilação e incorporação ao conhecimento científico” (DINIZ, 2007, p. 24).

Por muito tempo, os pesquisadores estiveram enraizados no modelo tradicional de transferência de tecnologia, exercendo funções de comando na tomada de decisões e não contando com a participação da comunidade nas questões locais. Por outro lado, com o tema da participação em voga, atribuído pelo modelo *FF*, bem como a importância da comunicação face a face e por ações, muitas vezes inadequadas à realidade das comunidades, mudanças foram ocorrendo e a qualidade da interação entre os agentes externos e produtores foi se transformando, atribuindo a esses agentes novos papéis, como se destaca no Quadro 2.

Quadro 2: Atividades dos produtores e os novos papéis dos agentes externos

Atividades dos atores locais	Novos papéis atribuídos aos agentes externos
Análise, Escolha, Experimento	Articulador, Catalisador, Conselheiro, Investigador, Auxiliar, Agente de opções, Orientador, Consultor, Facilitador, Mediador

Fonte: Adaptado de Diniz (2007) e Chambers (1993).

Coube aos atores locais a análise, a escolha e a forma de conduzir os processos do experimento, responsabilidades que antes eram assumidas apenas pelo pesquisador. Foi a partir da adoção de um modelo, criado em

uma perspectiva participativa, que surgiram em meados da década de 1970 os primeiros manuais do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) que possibilitavam obter novas informações sobre a vida e os possíveis recursos provenientes no meio rural. Assim, os mediadores foram orientados a contribuir no processo de intervenção sociotécnica mais como “comunicadores” do que “transmissores”, assim como discorreu Freire (1983) ao apontar que a Extensão Rural deveria ser tratada como comunicação rural.

Segundo Dias (2006), os diagnósticos rurais apareciam como meios para melhor compreensão dos processos de promoção do desenvolvimento e de estímulo à participação dos beneficiários das ações. Os diagnósticos defendiam a ideia de que não seria possível intervir em uma realidade sem antes conhecê-la. Neste caso, a introdução de novas tecnologias dependeria de sua adequação à realidade diagnosticada.

O uso de técnicas participativas no processo de intervenção social, e o papel assumido ou atribuído aos agentes externos que as utilizam, passou a ganhar espaço nas discussões sobre as ferramentas utilizadas para o reconhecimento dos grupos sociais no meio rural. O uso dos diagnósticos participativos representa um verdadeiro avanço para o processo de participação da comunidade e, conseqüentemente, para a construção da cidadania e protagonismo dos produtores, desde que sejam incorporadas as especificidades de cada comunidade (SOUZA, 2009).

É necessário ajustar a técnica à realidade da comunidade local sem preocupar-se apenas com sua aplicação, mas é imprescindível valorizar os aspectos éticos e morais presentes na interação social dos indivíduos, pois, em muitos casos, as técnicas participativas precisam ser adaptadas em virtude da realidade local e do processo de intervenção (MILAGRES, 2011). O uso das ferramentas participativas permite maior compartilhamento e controle das informações que estão sendo geradas, proporcionando a base para a participação e o empoderamento das comunidades.

O uso das técnicas participativas “são desenhadas para trazer a comunidade para dentro do processo de desenvolvimento” (LORIO, 2002, p. 32). A questão não é só a utilização de uma metodologia participativa, mas fazer com que a comunidade e os técnicos se entendam mutuamente na implementação desse processo. Devem-se considerar a multidimensionalidade das necessidades dos indivíduos, bem como suas capacidades para enfrentar metodologicamente os reais problemas e desafios do campo.

Para Lorio (2002), a participação tem ganhado destacada relevância como mecanismo no processo de empoderamento. Experiências inovadoras em diversas partes do mundo têm mostrado que processos participativos possibilitam estratégias de empoderamento e que o uso das metodologias participativas favorece o estabelecimento de práticas de desenvolvimento que contemplam as necessidades das pessoas envolvidas no processo.

Entretanto, a mesma autora chama a atenção para a forma como são trabalhados os conceitos de participação e empoderamento. Para ela, esses são conceitos diferentes, pois, enquanto o empoderamento pode ser considerado um fim em si mesmo, a participação é tida como um meio para atingir essa finalidade, podendo ou não ter como resultado o empoderamento dos indivíduos. Se as metodologias participativas utilizadas não ficarem limitadas apenas ao nível micro e forem capazes de romper o isolamento de alguns grupos sociais, poderão impulsionar o empoderamento para mudar relações sociais, políticas e econômicas, além de criar identidades positivas para os atores participantes desse processo.

A participação dos indivíduos deve ser compreendida como um processo permanente de construção social ao redor de conhecimentos, experiências e propostas de transformações para o desenvolvimento. A participação deve ocorrer no marco do diálogo de saberes, de forma ativa, organizada, eficiente e decisiva (ANDRADE, 1997).

Apesar de oferecer vantagens para o processo de desenvolvimento, a participação recebe também algumas críticas por aqueles que a veem a partir de uma perspectiva mais pragmática. No estudo sobre “*as seis teses não convencionais sobre a participação*”, Kliksberg (2000) nos faz refletir o quanto é necessária uma abertura nas relações de poder para que as promessas da participação comunitária possam se tornar realidade, em benefício dos setores desfavorecidos de uma região e de colocar em foco o que consiste a sua nova legitimidade. Segundo o referido autor, a participação tem triunfado no discurso, mas na prática nem tanto. A participação implica em profundas mudanças sociais, o que gera resistências e, ao ameaçar interesses estabelecidos, desenvolvem-se estratégias para impedir que ela seja realmente implementada.

Para Kliksberg (2000) podem ser apontados alguns empecilhos que impedem o avanço da participação, tais como:

a) Quanto à *Eficiência*, ao questionar a participação em termos de custo e tempo;

b) O *Reduccionismo*, privilegiando as relações de custo/benefício medido em termos de incentivos econômicos e não nos valores e nas motivações humanas do processo participativo;

c) O predomínio de uma *Cultura Organizacional Formal* em que a ordem, a hierarquia, os processos formalmente regulados e uma percepção verticalizada e autoritária produzem um choque de culturas entre técnicos e comunidade;

d) A *Subestimação dos Pobres*, pois acreditam-se que os excluídos e não alfabetizados são incapazes de participar segundo as exigências do técnico, o que resulta em trapaças no processo participativo e a participação se converte em profecia autorrealizada em domínio das elites;

e) A *Tendência à Manipulação da Comunidade*, via clientelismo, com um discurso de promessas e apoio aos líderes escolhidos “de cima”, o que ocasiona frustrações quanto a projetos ditos participativos; e, por último

f) O *Problema do Poder* que nem sempre é compartilhado por parte das autoridades ou das elites dominantes.

Nesse sentido, o papel daquele que conduz o processo de intervenção (pesquisador/extensionista) em trabalhos que envolvem ação de cunho participativo é o de estabelecer o diálogo e a aprendizagem mútua com todos os sujeitos envolvidos no processo. Coelho (2005) ressalta que a intervenção não ocorre apenas com o fundamento de promover uma mudança de ordem técnica, mas mudanças que tenham relações com questões sociais e políticas, além da decisão coletiva de grupos humanos se tornarem reconhecidos.

A comunidade, o produtor rural, todos trazem consigo conhecimentos locais que são fontes de um saber popular que pode ser traduzido para um saber científico. Por isso, trabalhos que utilizam métodos participativos são importantes, pois distribuem o poder entre aqueles envolvidos na intervenção. É responsabilidade do agente externo trabalhar a qualidade do processo de discussão, não é seu papel, porém, participar ativamente na discussão do grupo, mas otimizar a discussão em torno de interesses coletivos (COLETTE, 2001).

O agente externo possui a incumbência de conduzir o diálogo sem perder de vista o seu papel de equacionar os problemas, acompanhar e avaliar as ações planejadas, tudo isso feito de forma a gerar reciprocidade por parte do coletivo envolvido no processo de intervenção.

Notam-se, portanto, que os empecilhos a serem enfrentados em relação aos processos participativos não dependem tão fundamentalmente do uso de métodos participativos, mas sim das pessoas envolvidas no

*Da transmissão à participação:
o enfoque participativo no processo de intervenção social no campo*

processo de intervenção e que trazem consigo o discurso da participação. Assim, devem-se considerar que no processo de intervenção a participação não deve ser entendida como um conceito que tem por objetivo igualar as pessoas, mas de articular interesses distintos que envolvem o exercício do poder entre o trabalho dos técnicos, suas instituições e o conhecimento local da comunidade.

Figura 02: A trajetória histórica da Extensão Rural: da transmissão à participação (1948 – 2010)



Fonte: Elaborado pelos autores. Adaptado da Síntese elaborada pelo Prof. Marcelo Miná Dias a partir de Dias (2006), Dias (2007), Cultiva (2007), Rodrigues (1997) e Ruas (2006).

Os temas que influenciaram mudanças nas concepções e práticas de Extensão Rural ao longo de sua trajetória foram modificados. No período Humanista Assistencialista, em que os objetivos das práticas extensionistas eram o de modificar comportamentos produtivos e sociais dos agricultores e de suas famílias, introduzindo inovações tecnológicas e administrativas (na propriedade e no lar), os temas abordados eram o Assistencialismo social, o Desenvolvimento de comunidades, a Economia doméstica, a Educação rural e a Urbanização e superação do atraso do rural.

No período Difusionista Produtivista, os objetivos eram modernizar os processos produtivos por meio da associação do crédito barato ao uso intensivo de insumos, máquinas e equipamentos. Os temas tratados nessa época versavam sobre o Desenvolvimentismo, Difusionismo, Industrialização, Modernização, Produtivismo, bem como a Urbanização e a superação do atraso do rural.

Já no período Humanismo Crítico, os objetivos da Extensão concentravam em atender aos agricultores deixados de lado pelo processo seletivo de modernização, conduzido ao longo dos anos 1970. Os temas da prática extensionista estavam interligados às Alternativas à agricultura moderna, o Ambientalismo, a Democratização e participação, o Desenvolvimento humano e social, a Organização social e política, a Reforma Agrária e as Tecnologias apropriadas para a realidade do campo.

A partir da década de 1990, a fase ficou reconhecida como o período da Diversificação Institucional com a dispersão das missões institucionais por conta da ausência de políticas públicas que orientassem a ação da diversidade de agentes prestadores de serviços de ATER. Os temas tratados pelos extensionistas relacionava o meio rural com o papel da Agricultura Familiar, dos Assentamentos rurais, o Desenvolvimento local e o Desenvolvimento rural sustentável, formas de Empreendedorismo, o uso das Metodologias participativas, o Neoliberalismo e a Pluriatividade no campo.

Com a promulgação da lei que instituiu a política de assistência técnica e extensão rural, esse novo período ficou marcado como PNATER/PRONATER, cujo objetivo era incentivar, assessorar e apoiar os processos de transição agroecológica fundados em princípios gerais de desenvolvimento rural sustentável. A prática extensionista tratava de temas como: Agroecologia, Combate à fome e à pobreza, Desenvolvimento sustentável, Diversidades culturais e ambientais, Economia solidária, Gestão social e Segurança e soberania alimentares.

Quer aprofundar mais nesses assuntos? Seguem algumas dicas de leitura:

CHAMBERS, R. The Origins and Practice of Participatory Rural Appraisal.

World Development, Vol. 22, No. 7, p. 953-969, 1994.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo** - Guia Prático. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2006.

DIVERSIDADE DA AGRICULTURA

A agricultura é uma forma de produção. O extensionista rural precisa lidar com a pluralidade que é a agricultura brasileira e suas múltiplas formas, compreendendo os significados que a adjetivam como: tradicional, moderna, camponesa, industrial, familiar, sustentável, alternativa, ecológica, agroecológica etc. O Quadro 3 apresenta a definição de alguns desses termos e como algumas literaturas percebem distintamente a diversidade agrícola do “mundo rural”.

Quadro 3: Diferentes tipologias de Agricultura

Tipologia da Agricultura	Definição do conceito
Tradicional	Este tipo de agricultura é baseado em um sistema de plantio sobre queimada com pousios mais ou menos longos para a recuperação da fertilidade dos solos. Este sistema combina policulturas com criações, utiliza mão de obra familiar e tem um forte componente, muitas vezes dominante, de produção para autoconsumo. É o sistema típico da maioria dos pequenos produtores familiares e está localizado, quase sempre, nos ecossistemas mais frágeis, solos mais pobres, relevos mais acidentados, climas desfavoráveis (WEID, 1997).
Moderna	É baseada no esforço de máxima artificialização das condições naturais de produção, utilizando adubação química, biocidas, híbridos, mecanização, irrigação etc. Este sistema tende, quase sempre, aos monocultivos e está essencialmente orientado para o mercado. É o sistema típico da grande produção empresarial, utilizando mão de obra assalariada, sobretudo temporária (WEID, 1997).
Camponesa	De uma maneira restrita, o campesinato pode ser visto como uma forma social particular de organização da produção. Trata-se, neste caso, de uma agricultura camponesa, cuja base é dada pela unidade de produção gerida pela família. Este caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orienta uma lógica de funcionamento específica. Não se trata apenas de identificar as formas de obtenção do consumo por meio do próprio trabalho, mas do reconhecimento da centralidade da unidade de produção para a reprodução da família, através das formas de colaboração de seus membros no trabalho coletivo – dentro e fora do estabelecimento familiar –, das expectativas quanto ao encaminhamento profissional dos filhos, das regras referentes às uniões matrimoniais, à transmissão sucessória etc. (WANDERLEY, 2003).

Tipologia da Agricultura	Definição do conceito
Familiar	<p>A agricultura familiar é uma instituição de reprodução da família cujo núcleo está na relação direta com a terra e com a produção agrícola. Mas, como tem sido observado por diferentes pesquisadores, não constitui uma economia reduzida ao agrícola nem limitada ao rural. Uso a concepção de agricultura familiar no seu sentido histórico e antropológico, como unidade desta reprodução social da família, regulada por valores da tradição intergeracional. Além disso, neste modelo de agricultura, as estratégias da reprodução não se limitam a reproduzir, isto é, a subsistir, a permanecer, elas também dão conta das novas necessidades e novos desafios que são continuamente gerados pelas transformações econômicas e sociais. Seu marco de referência não é fixo, nem puramente interno. O marco é a situação cambiante da sociedade na qual a família se insere. A redução da economia familiar à sua dimensão econômica deixa claro o caráter auxiliar da economia em relação à estrutura social e aos valores da organização patriarcal da família rural, mesmo quando esta se expande e dissemina na cidade. Essa estrutura e esses valores têm funções sociais autoprotetoras em face de uma sociedade que desenraíza e exclui. Tem sido esse o meio de forçar a integração rápida dessas populações residuais no ritmo e nas relações próprias das novas estruturas de referência que, a cada momento, se propõem em consequência do desenvolvimento econômico. A agricultura familiar, além da produção agrícola propriamente dita, inclui as retribuições rituais dos filhos e netos em relação aos pais e avós e dos pais e avós em relação aos filhos e netos. Isso quer dizer doações periódicas e remessas econômicas oriundas de ganhos obtidos em outros setores da economia, sem contar subsídios compartilhados pela família com base nos deveres da reciprocidade e da dependência pessoal, desde a aposentadoria ou pensão até a bolsa-trabalho. Isso vale tanto para as famílias de origem colonial no Nordeste quanto as de origem europeia no Sul. Todas socializadas nas tradições da cultura camponesa (MARTINS, 2003).</p>
Sustentável	<p>A agricultura sustentável é um modelo de organização social e econômica baseado em uma visão participativa e equitativa do desenvolvimento, que reconhece o ambiente e os recursos naturais como os fundamentos (base e limite) da atividade econômica. A agricultura é sustentável quando é ecologicamente adequada, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente apropriada e se baseia em um enfoque científico holístico. A agricultura sustentável preserva a biodiversidade, mantém a fertilidade dos solos e a pureza da água, mantém e melhora as características físicas, químicas e biológicas do solo, recicla os recursos naturais e conserva energia. Também utiliza recursos renováveis disponíveis a nível local, tecnologias apropriadas, acessíveis e minimiza o uso de recursos externos e custosos, incrementando, portanto, a independência e autossuficiência locais e assegurando, ao mesmo tempo, fontes de renda estáveis para os camponeses, pequenos produtores rurais e integra os seres humanos ao meio ambiente (RIBEIRO, 1997).</p>
Alternativa	<p>O termo surgiu na Holanda, em 1977, quando o Ministério da Agricultura e Pesca publicou um importante relatório, conhecido como "Relatório Holandês", contendo a análise de todos os modelos não convencionais de agricultura que foram reunidos sob a denominação de agricultura alternativa. Este termo não exprime um modelo, uma filosofia de agricultura, é apenas uma terminologia útil para reunir todos os modelos que têm propósitos idênticos e técnicas semelhantes, que não se identificam com intentos puramente econômicos, imediatistas e pouco científicos da agricultura químico-industrial (PASCHOAL, 1995).</p>
Ecológica	<p>Entende-se por agricultura ecológica aquela que abrange um conjunto de modelos alternativos ao padrão agroindustrial de produção. Ela atinge desde os modelos associados à origem do movimento alternativo até os modelos ressignificados em função dos movimentos ecológicos recentes e regulamentados pelas políticas agrícolas. Desta forma, a agricultura alternativa e a agricultura ecológica emprestam o mesmo significado (BRANDEMBURG, 2002).</p>
Agroecológica	<p>É uma ciência desenvolvida a partir da década de 1970 como consequência da busca de suporte teórico para as diferentes correntes de agricultura alternativa que já vinham se desenvolvendo desde a década de 1920. Surge como resposta aos críticos desses movimentos por uma nova agricultura integrada ao meio ambiente que os definiam como uma tentativa retrógrada de volta ao passado na agricultura (ASSIS; ROMEIRO, 2002).</p>

Tipologia da Agricultura	Definição do conceito
Orgânica	É aquela que evita ou restringe o uso de fertilizantes químicos como fontes solúveis, agrotóxicos, reguladores de crescimento e aditivos para a alimentação animal obtidos sinteticamente e utiliza variedades vegetais resistentes, controle biológico de pragas e doenças, rotações e diversificação de culturas, manejo ecologicamente seguro para animais e práticas recomendadas de conservação de solos e água. O termo orgânico é associado a organismo, significando que todas as atividades de uma propriedade agrícola (hortas, pomares, criações etc.) são partes integrantes de um corpo dinâmico. A prática da agricultura orgânica busca, através de uma visão holística da agricultura, promover a intensificação dos processos naturais para incrementar a produção (ASSIS; AREZZO, 1997).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quem é o público beneficiário pela PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural?

A agricultura familiar.

No que se refere à *dimensão política*, a agricultura familiar ganhou espaços nos serviços de Extensão Rural devido a institucionalização da Lei nº 12.188/2010, referente a

institucionalização da PNATER. A importância da agricultura familiar é reconhecida direta e indiretamente, sendo associada a um modo de vida (valor cultural) e de reprodução socioeconômica específica da realidade de cada público. Assim, o impacto positivo das políticas públicas implementadas pode ter capilaridade em diversas áreas, como na geração de trabalho e de renda para uma parcela da população excluída e de baixa renda, além de garantir segurança alimentar e nutricional às famílias beneficiárias, inserção no mercado de seus produtos e disponibilização do serviço de ATER. Prova disso é que desde a década de 1990 vem ocorrendo um processo complexo de construção da categoria agricultura familiar, enquanto modelo de agricultura e como identidade política de grupos de agricultores na criação de políticas públicas agrícolas, sociais e de mercados (PICOLOTTO, 2014; GRISA, SCHNEIDER, 2014).

De acordo com a legislação específica do assunto (Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006), a família rural poderá se encaixar nas políticas públicas para a agricultura familiar se ela atender aos seguintes critérios:

I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006).

A luta dos movimentos sociais organizados e os direcionamentos nos programas de desenvolvimento rural do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário foram importantes para a consolidação dessa conquista. No entanto, devido à gama de agricultores familiares no rural brasileiro (pescadores artesanais, assentados, extrativistas, quilombolas, indígenas, dentre outros situados em comunidades tradicionais), bem como suas tipologias diversas de produção (convencionais, agroecológicas e orgânicas), defender apenas um tipo de modelo agrícola é excluir do papel do técnico de ATER a função de mediador social e, assim, é necessário estabelecer um diálogo que permita administrar a realidade dos agricultores e agricultoras. “A mediação deve operar como um espaço construído e legitimado socialmente por grupos que interagem a partir de debates sempre renovados e circunscritos a circunstâncias específicas” (FIUZA *et al*, 2007, p. 36). Neste sentido, o mediador tem o papel significativo de fomentar a inserção dos agricultores em redes sociotécnicas e de viabilizar o acesso às políticas públicas (SOUSA, 2019).

Quer aprofundar mais nesses assuntos? Seguem algumas dicas de leitura:

DIAS, M. M. **Glossário de Termos utilizados em desenvolvimento rural.** Rio de Janeiro: Instituto Souza Cruz, 2006.

SCHNEIDER, S. **A diversidade da Agricultura Familiar.** 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

RELAÇÕES DE GÊNERO NO MEIO RURAL

Quando se trata acerca de relações de gênero, estamos nos referindo sobre os vínculos que são estabelecidos entre eles, ou seja, nas relações formadas entre homens e mulheres. Reconhecendo que os gêneros são construções sociais, temos que o gênero masculino é dotado de determinadas características distintas do gênero feminino. Em termos práticos e históricos, o que acontece é que, além de conferir características, a sociedade também conferiu valores diferentes entre eles (SCOTT, 1995).

Ao possuírem valores diferentes, automaticamente esses gêneros possuem poderes diferentes e esse poder sempre está estabelecido no momento das interações relacionais, ou seja, em referência que um indivíduo estabelece. Essa relação está dotada de poder exercido um sobre o outro, tanto na relação estabelecida entre os membros da família quanto o poder exercido na relação estabelecida entre os extensionistas e os membros da família.

Por esse motivo é necessário que os extensionistas se atentem tanto para a forma que as relações de gênero se estabelecem no cotidiano das famílias como na forma que o processo de intervenção é planejado, executado e avaliado. Com isso, é sempre necessário que as equipes de Extensão Rural reflitam sobre as seguintes questões: temos definido um padrão de intervenção com os homens distinto do padrão de intervenção com as mulheres? Como vemos a relação entre os agricultores e as agricultoras? Como atuamos com os agricultores e como atuamos com as agricultoras? Quando esse olhar e essa atuação são discriminatórios, reforçamos as desigualdades vivenciadas mais comumente pelas mulheres.

É importante deixar claro que o trabalho da ATER precisa ter a sensibilidade de enxergar as relações de gênero em suas ações. Expor isso não quer dizer reforçar os papéis socialmente construídos: dividir a intervenção entre trabalho produtivo com os homens e o trabalho doméstico, reprodutivo e de cuidados com as mulheres. Historicamente, sabemos que essa foi a direção tomada pelo serviço de ATER por todo o país.

No tópico anterior, quando apresentamos o histórico do serviço de Extensão Rural no Brasil, fizemos referência ao lema da ACAR: “uma professora, um técnico e um jipe”. Além de descrever a forma como o serviço se estruturava, esse lema também serviu para apresentar como o atendimento era prestado, ou seja, a professora atendia o espaço doméstico e o técnico atendia o espaço produtivo. Essa diferenciação deixava muito explícita a distinção entre propriedade rural e administração familiar. Apesar de as mulheres rurais ocuparem ambos os espaços, o serviço de Extensão Rural sempre separou os dois espaços para que os atendimentos fossem prestados também de maneira distinta. A propriedade rural é o espaço do plantio, da produção agrícola e pecuária, portanto, o local de onde se origina o produto a ser comercializado. O produto comercializado transforma-se em renda monetária pertencente aos cuidados do homem, que se torna, então, o chefe da família. O trabalho da administração do lar no espaço doméstico é o local onde ocorre o cuidado com as crianças e com os idosos, a manutenção da saúde, da alimentação, do descanso, trabalho que não é comercializado e, portanto, não monetizado. Assim, o trabalho da mulher não é visto como trabalho, mas como ajuda aos seus maridos, o que hierarquiza a relação e ocasiona as diversas situações de desigualdades de gênero no meio rural.

A mulher extensionista, então, não prestava o seu serviço para toda a amplitude técnica e social existentes no cotidiano das famílias rurais. O serviço das extensionistas foi direcionado apenas para as ações relacionadas ao bem-estar social das famílias. A responsabilidade pelos atendimentos produtivos permanecia nas mãos dos extensionistas do sexo masculino. Assim, as extensionistas atendiam as mulheres rurais e os extensionistas atendiam os homens da família.

O serviço de ATER baseado nessa lógica desigual persistiu até o ano de 2003 com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres Rurais e do Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais (POPMPR), promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Nesse momento, as mulheres deixam de ser vistas apenas como esposa ou filha dos proprietários rurais para se tornarem protagonistas das políticas e do processo de intervenção ao qual eram beneficiárias.

O POPMPR teve um papel crucial na promoção da igualdade no campo devido à implantação de diversas ações específicas para o público feminino. A primeira delas foi garantir a documentação de todas as mulheres do espaço

rural. Até então, não era possível que as mulheres fossem beneficiárias de nenhuma política pública visto que elas não possuíam seus documentos pessoais de identidade, CPF ou, até mesmo, certidão de nascimento.

Outras políticas públicas também foram criadas para reduzir as desigualdades de gênero e promover a autonomia econômica das mulheres rurais. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) passou a oferecer linha de crédito específica para as mulheres; a PNATER garantiu atendimento específico para a produção agrícola comandada pelas mulheres, com prioridade na aquisição de alimentos provenientes de mulheres para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Apenas a existência de políticas públicas voltadas às mulheres rurais não é suficiente para garantir a inserção delas como protagonistas do processo de desenvolvimento socioeconômico do local em que vivem. Muitas vezes isso não é suficiente devido ao caráter da intervenção adotada pelos técnicos extensionistas. Perceber que o espaço primordial da atuação das mulheres rural se localiza no entorno da casa é fundamental para a atuação da Extensão Rural que seja comprometida com a perspectiva de gênero. É na horta, no quintal, nos pomares e com os pequenos animais que as mulheres estruturam sua rede econômica baseada no consumo familiar (que garante a segurança alimentar dos membros da família), na troca de produtos com outras mulheres, na venda da galinha, dos ovos ou da couve na porta de casa ou demais produtos nas feiras municipais.

É a relação consciente de cuidado que as mulheres estabelecem com esse espaço que tem garantido a troca de sementes, a circulação do conhecimento tradicional entre gerações, a utilização das ervas medicinais como alternativa ao consumo de medicamentos farmacêuticos e que são fundamentais para a manutenção e reprodução das famílias no campo. Pensando nessa problemática, um grupo de mulheres pesquisadoras, extensionistas e feministas passaram a problematizar a prática extensionista a partir da perspectiva de gênero e chegar a algumas conclusões.

Dentre essas conclusões surge a necessidade de os extensionistas optarem por uma pedagogia feminista em seus processos de intervenção. Isso significa dizer que a atuação precisa ser baseada em um processo educativo em que as mulheres são protagonistas da sua própria autonomia e reconhecer que o trabalho cotidiano realizado pelas mulheres rurais é fundamental para a segurança alimentar familiar, para a diversidade

produtiva da propriedade rural e para a manutenção e reprodução do trabalho produtivo e reprodutivo (MORAES *et al*, 2018).

Garantir que as mulheres participem de todas as atividades propostas pelo serviço de extensão rural também é uma das conclusões chegadas pelas pesquisadoras. Algumas alternativas precisam ser adotadas para que a participação feminina seja concreta: oferecer para as mulheres as mesmas capacitações que são oferecidas aos homens; organizar espaços de formação e discussão exclusivos para as mulheres; agendar atividades para horários em que as mulheres não estejam cumprindo com suas obrigações domésticas (como o preparo das refeições, por exemplo) e oferecer um espaço pedagógico para que as mulheres possam deixar seus filhos com segurança durante a realização das atividades em que for participar.

Quer aprofundar mais nesses assuntos? Seguem algumas dicas de leitura:

BUTTO, A. *et al*. **Mulheres rurais e autonomia**: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania. Brasília: NEAD, 2014.

PAULILO, M. I. S. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.

**PARTE 2 – A EXTENSÃO RURAL E O FORTALECIMENTO
DO TRABALHO COLETIVO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

TRABALHO COLETIVO: O COOPERATIVISMO E O ASSOCIATIVISMO COMO FORMA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA PARA AGRICULTURA FAMILIAR

Na Extensão Rural, o trabalho em grupo é uma forma de ajuda mútua diante dos interesses de cada agricultor e agricultora. O que é importante no trabalho coletivo é que estamos lidando com pessoas que possuem interesses individuais e distintos entre si. Entretanto, existem diferentes formas de organização voltadas para a agricultura familiar, dentre elas as associações e as cooperativas, que conseguem reunir pessoas com interesses individuais e, ao mesmo tempo, a busca por objetivos comuns.

Para começo de conversa, é preciso entender melhor o que é um grupo e como podemos trabalhar coletivamente em torno de um objetivo comum, mesmo que cada pessoa tenha o seu interesse individual. O extensionista precisa compreender a multiplicidade da agricultura familiar e mediar o grupo em busca de consensos que sejam em prol das necessidades do grupo e, assim, propor alternativas que possam auxiliá-los no desenvolvimento da atividade no campo. Para ajudar a entender um pouco mais dessa dinâmica que o extensionista pode se deparar no meio rural contemporâneo, vamos descrever como exemplo alguns personagens, seus interesses e trajetórias de vida:

Dona Rita é uma agricultora, mãe de família, que tem o seu quintal como principal fonte de renda para manter o sustento de seus filhos e, assim, permitir que as crianças dediquem mais tempo à escola. Rita vende verduras na feira e entrega nas casas das redondezas. Além disso, garante o alimento do seu quintal na comida diária da família.

Paulo é um jovem agricultor que trabalha com o agroecológico depois de ter feito o curso oferecido pelos técnicos da Extensão Rural da sua cidade. Seu negócio é entrar nesse mercado e também conseguir uma melhoria na sua renda. Paulo não vê a hora de conseguir colocar um motor novo para melhorar o bombeamento da água na sua propriedade.

Já *Helena* é uma feirante muito conhecida na cidade por vender farinhas que apresentam uma boa qualidade. Seu interesse é conseguir produzir diferentes tipos de farinha, mas não teve tempo de fazer um curso com o pessoal da Extensão Rural como Paulo.

As vidas do casal *Dona Maria* e do *Seu Raimundo* sempre estiveram ligadas à agricultura. Desde menina seus pais a levavam para a roça para ajudar no plantio. Eles não tiveram a oportunidade de estudar quando jovens, mas graças aos ensinamentos dos pais aprenderam a lidar com a terra e conseguiram obter renda para o sustento da família. Inclusive, *Seu Raimundo* sabe como ninguém os nomes de cada fruto nativo do cerrado.

Agora pense o seguinte: cada personagem apresentado anteriormente tem uma trajetória de vida diferente. Buscaram interesses individuais para satisfazer suas vontades e desejos. No entanto, podemos nos perguntar: tendo cada um desses personagens *histórias de vida tão distintas e cada um com seu interesse individual poderiam, essas pessoas, realizar algum trabalho em conjunto?* Quem respondeu que **sim**, acertou! Existe um objetivo comum que todos eles possuem: **gerar renda e qualidade de vida através da agricultura familiar.**

Veja que curioso: quando pensamos no trabalho coletivo, não queremos destruir o interesse individual que cada pessoa almejou construir em sua trajetória de vida, mas fortalecer o que existe em comum entre elas e, assim, consolidar ainda mais o trabalho em grupo a ponto de permitir que essa união seja um benefício para todos e, principalmente, que atenda às particularidades de cada um. É o mesmo que dizer que o todo é maior que a soma das partes.

O ponto de partida para o extensionista é a busca pela definição de qual a necessidade e quais as perspectivas que o grupo pode desempenhar juntos. Esse trabalho de mobilização ajuda a iniciar o trabalho coletivo do extensionista com o público beneficiário da ação. Nessa mobilização que o extensionista inicia com os agricultores, é importante que ele perceba se os agricultores estão preparados para a formação de um grupo formal ou se pretendem manter o caráter de grupo informal.

Um grupo *informal* é quando nos reunimos para conversar sobre algum tema, para estudar, para planejar e discutir algo. No nosso caso pode ser o assunto **Plantio Agroecológico**. O propósito de um grupo informal está ligado aos nossos costumes e podemos falar sobre a agroecologia de um modo geral. Ainda que exista alguma norma social estabelecida na comunidade sobre o manejo tradicional ou uso de agrotóxico, a questão é que esse jeito informal

de organização das pessoas pode impossibilitar que elas consigam realizar demandas que são comuns ao grupo, pois, para que isso ocorra, é necessária uma estrutura formal para representar esse coletivo.

O Estatuto Social é o instrumento que contém as normas, funções, atos e objetivos do grupo formalizado. Em resumo, deve expressar as vontades e os interesses do coletivo.

Um grupo se torna *formal* quando temos um conjunto de normas e regras instituídas e que todos devem seguir. Essas normas podem ser estabelecidas de acordo com uma divisão do trabalho bem definida entre todos

os membros que compõe o grupo. As empresas, associações e cooperativas são alguns exemplos de grupos formais que as pessoas criam para poder estruturar e representá-las. No caso da formalização de um grupo de agricultores familiares, as demandas desse coletivo podem ser acessadas por meio de uma estrutura criada para atender o objetivo comum.

Se continuarmos a analisar a história daqueles personagens poderíamos pensar o seguinte: ao saber de um projeto que envolvia **a produção de polpas de frutas**, a Dona Rita, o Paulo, a Helena, a Dona Maria e Seu Raimundo fizeram uma reunião para falar sobre como percebiam o trabalho da agricultura familiar na região. A conversa informal conduziu o grupo a tomar uma decisão coletiva e optaram por formalizar a organização deles em uma Associação.

Em grupo, eles podem trocar informações e aprender juntos com as experiências de cada um. Ou seja, ainda que cada um tenha seus interesses individuais, eles perceberam que podiam se unir e, juntos, contribuir para atender um objetivo comum que é a geração de renda por meio da agregação de valor de seus produtos e, concomitantemente, da comercialização em mercados que não tinham acesso.

Em reconhecimento ao trabalho coletivo e de uma estrutura em que a divisão do trabalho seja participativa e atenda ao grupo, **a cooperação** pode ser uma forma de enfrentar situações complicadas que são comuns a todos envolvidos e, assim, transformá-las em oportunidades. **Cooperar é uma ação conjunta capaz de superar as dificuldades individuais, em que o coletivo possa ganhar na busca de resultados comuns.**

Empreendimento coletivo é uma forma de chamarmos as associações e as cooperativas.

Por meio de um empreendimento coletivo, o resultado alcançado pelas pessoas é repartido entre seus integrantes em proporções conforme

a participação de cada um no alcance desse resultado. Essa forma de organização constitui uma sociedade que atende às necessidades reais e remunera adequadamente o trabalho de cada membro.

Chamamos de sócios ou associados os indivíduos que se associam por meio da sua atividade econômica para adquirir bens de consumo ou para comercializar.

No entanto, existem diferenças entre o tipo de sociedade que os sócios podem estabelecer para gerir coletivamente o seu negócio. Essa sociedade pode ser uma Associação, ou uma Cooperativa ou uma Empresa Mercantil (ver Quadro 4).

Quadro 4. Tipos de sociedade

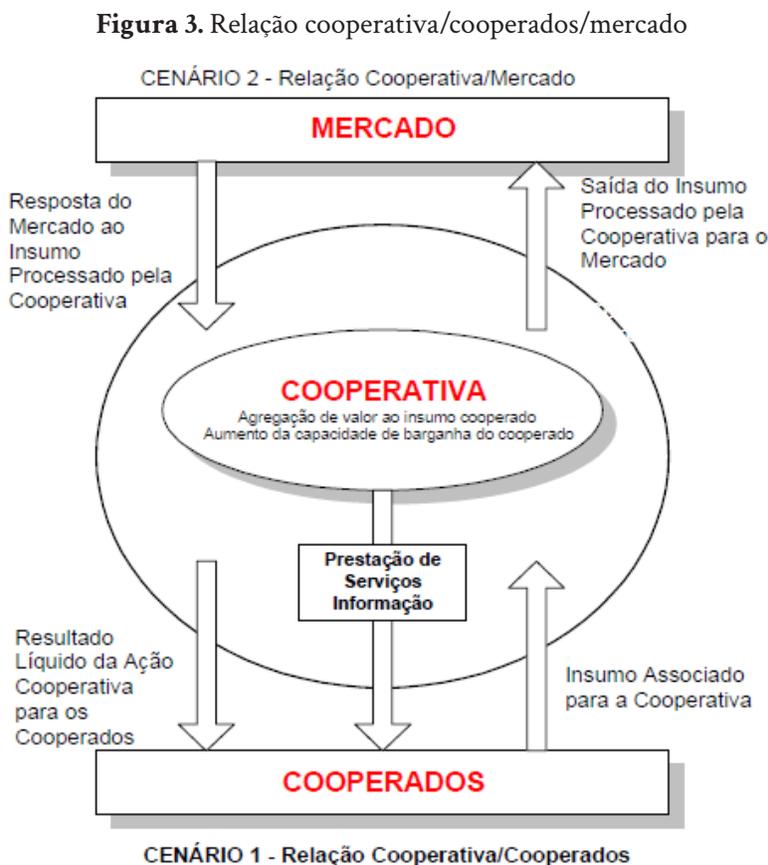
Associação	Cooperativa	Empresa Mercantil
União de pessoas que se organizam sem fins lucrativos e econômicos; Número ilimitado de associados; Cada pessoa tem direito a um voto, desde que esteja em pleno gozo dos seus direitos sociais; Assembleias: o quórum é baseado no número de associados; Não tem ações ou quotas de capital, mas deve haver fontes de recursos para a sua manutenção; Não gera excedente; Representa e defende os interesses dos associados; Os associados devem ter direitos iguais, mas o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais.	União de pessoas que se organizam para exercer atividade econômica ou adquirir bens; Caracterizada como sociedade simples, é regida pela Lei 5.764/71; O objetivo principal é a prestação de serviço aos cooperados. O lucro não é a finalidade, mas pode ser consequência da realização de uma atividade econômica; Número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços; Controle democrático: cada pessoa tem direito a um voto, independente do capital por ela investido, desde que esteja em pleno gozo dos seus direitos sociais; Assembleias: quórum é baseado no número de cooperados; A cooperativa é estruturada por um capital social e mantida por uma taxa de administração. Não é permitida a transferência das quotas-partes deste capital a terceiros estranhos à sociedade; Retorno dos excedentes proporcional ao volume das operações; Presta serviços aos cooperados para que eles trabalhem e produzam para a sociedade ou adquiram bens; A cooperativa deve assegurar o direito de igualdade de todos os cooperados, sejam eles fundadores ou não, membros dos órgãos eletivos ou não. Ou seja, filosófica e legalmente, todos os associados são donos da cooperativa.	Sociedade Empresária; É, geralmente, uma sociedade de capital; Objetiva a maximização dos lucros para os sócios; Número ilimitado ou não de acionistas; Voto proporcional ao capital investido e/ou ao número de ações. Quanto mais ações, mais participação na votação; Quando há assembleias, o quórum é proporcional ao capital dos sócios; Transferência das ações e quotas a terceiros é uma possibilidade; Lucro proporcional ao capital investido pelo sócio; Presta serviços à sociedade. Comércio de qualquer natureza; Possui mais direitos quem tiver manipulação de capital; Geralmente, estas questões estão definidas no ato constitutivo.

Fonte: Sistema OCB/GO (s/d.).

Embora tenha características socioeconômicas particulares, o **cooperativismo** é um tipo de sociedade que possibilita ao grupo participar da tomada de decisão. Enquanto na empresa mercantil, o capital é que define a decisão do grupo, **na cooperativa** o que importa são as pessoas, isto é, “uma pessoa, um voto”, independente se ela ganha proporcionalmente mais ou não a sua produção.

A **associação** é um tipo de sociedade importante para representar o grupo, mas não se relaciona com o mercado da mesma forma como ocorre nas cooperativas. É preciso compreender bem sobre o seu funcionamento e capacitar cada vez mais para entender qual o melhor caminho a seguir.

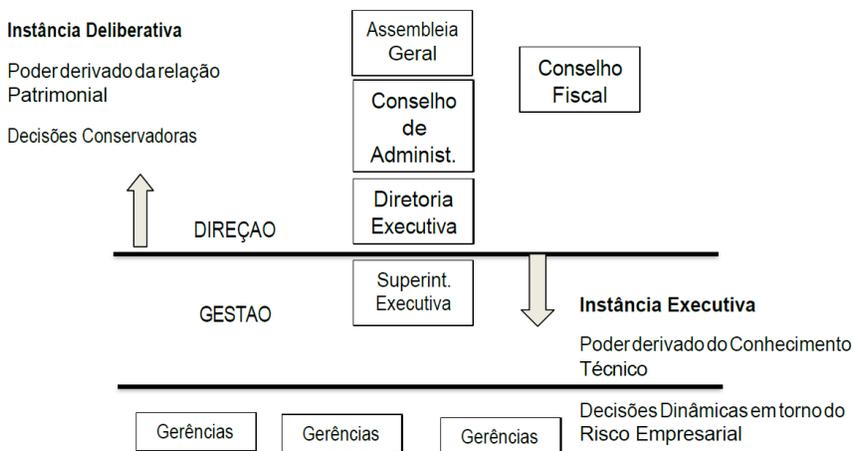
A Figura 3 demonstra como funciona essa relação da pessoa que se torna associada por meio de uma cooperativa e como se dá a atuação dessa pessoa com o empreendimento coletivo e, conseqüentemente, com o mercado.



Fonte: Valadares (2005).

Para que um empreendimento cooperativo funcione é preciso que os associados estejam comprometidos com o objetivo comum e tenham conhecimento das particularidades que a administração e a operacionalidade desse tipo de sociedade exigem. Na cooperativa todos os associados se tornam membros de uma assembleia geral e são eles que decidem sobre tudo que ocorre na gestão dela. No entanto, sabemos que é complicado manter uma produção e, ao mesmo tempo, gerenciar um negócio coletivo. Por isso, escolhemos alguns conselheiros entre os membros que ajudam na administração e na fiscalização do empreendimento coletivo. A estrutura interna de uma cooperativa pode ser vista na representação a seguir (Figura 4).

Figura 4: Estrutura organizacional de uma cooperativa



Fonte: Elaborado por Valadares, 2005.

Assembleia Geral: formada por todos os associados. É o órgão supremo da cooperativa. É onde toda e qualquer decisão do coletivo deve ser tomada, expressada pela reunião de todos ou da maioria.

Conselho Fiscal: é constituído por membros eleitos em assembleia geral para a função de fiscalizar a administração, bem como todas as operações da cooperativa.

Conselho de Administração: é o órgão que administra a cooperativa. Os membros do Conselho são eleitos na assembleia geral com mandatos de duração e renovação estabelecidos no estatuto social.

Importante: o associado eleito não pode acumular cargos nos conselhos de administração e fiscalização.

Segundo Valadares (2005) ao âmbito deliberativo corresponde as instâncias Patrimônio, Controle, Direção e Governo; e ao âmbito administrativo correspondem as instâncias Administração e Operacionalização da cooperativa. Os sócios precisam estar cientes dos seus deveres e direitos, além das suas responsabilidades individuais (ver Quadro 5).

Quadro 5: Direitos e deveres do associado

Direitos do Associado	Deveres do Associado
<ul style="list-style-type: none">- Participar de todas as operações no empreendimento cooperativo;- Votar e ser votado;- Receber retorno de sobras apuradas no fim do ano;- Examinar livros e documentos;- Convocar assembleia, caso seja uma necessidade de tomada decisão coletiva;- Pedir esclarecimento aos Conselhos de administração e fiscal;- Opinar e defender suas ideias;- Propor ao Conselho de Administração, ou à Assembleia Geral, medidas de interesse da cooperativa.	<ul style="list-style-type: none">- Operar com a cooperativa;- Participar das assembleias gerais;- Pagar sua quota-parte em dia;- Acatar as decisões da Assembleia Geral;- Votar nas eleições da cooperativa;- Cumprir seus compromissos com a cooperativa;- Zelar pela imagem da cooperativa;- Participar do rateio das perdas, se ocorrerem, e, bem assim, das despesas da cooperativa.

Fonte: Adaptado de SESCOOP (2007).

A legislação que trata do Cooperativismo é a Lei nº 5.764/71. É nesta legislação que procuramos obter os diversos assuntos relacionados às cooperativas e qualquer informação pertinente ao regime jurídico desse tipo de sociedade.

E COMO PODEMOS CONDUZIR UM EMPREENDIMENTO COLETIVO?

É importante que os futuros sócios façam reuniões constantes para definir os caminhos que o grupo deve seguir. **Formar uma rede de parceiros é muito importante!** Mas lembre-se: o objetivo comum é do grupo e quem toma as decisões são os indivíduos que estão presentes no dia a dia da atividade econômica da organização. O resultado desse processo é a escolha de uma organização que atenda às necessidades reais do grupo. É preciso organizar para reunir, vender, comprar e estruturar no mercado. **É tudo uma questão de organização!**

A Organização do Quadro Social (OQS):

é uma prática para melhoria constante da participação do sócio, possibilitando o diálogo entre os membros e colocando as pessoas em lugar de destaque na estrutura do empreendimento coletivo.

Podemos aproveitar algum momento para nos capacitar e conhecer mais sobre como é trabalhar e gerir um negócio coletivo que atenda às necessidades de seu quadro social.

A prática da educação e da comunicação entre os membros contribuem para identificar lideranças, fortalecer e fidelizar a organização do quadro social, além de inserir mulheres e jovens em assuntos que são específicos do empreendimento.

Além disso, realizar atividades de educação e capacitação pode ser entendido como uma preparação para a gestão democrática, pois é necessário tomar certas medidas para viabilizar a participação dos associados na gestão ou direção das atividades sociais do empreendimento. Através do processo educativo, o empreendimento coletivo pode assumir um papel mais protagonista na transformação e desenvolvimento da agricultura familiar na região.

Para facilitar esse trabalho é importante que o grupo tenha um cadastro do núcleo familiar do associado. Essa ficha de cadastro (tópico 6.2) deverá conter todos os dados pessoais do sócio e, através do empreendimento coletivo, outras informações, como área de cultivo, quantidade produzida, períodos de criação, quantidade vendida, doada ou consumida, entre outras informações, também podem ser anotados. Esse cadastro deve fornecer informações básicas que possam auxiliar tanto o desenvolvimento de um planejamento estratégico para o grupo como possibilitar dados para uma pesquisa ou assistência técnica na realização de estudos que possam interessar o coletivo.

COMO O COOPERATIVISMO PODE AJUDAR A AGRICULTURA FAMILIAR?

O empreendimento cooperativo tem sua base em valores de ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. A doutrina que rege esse tipo de sociedade é orientada por princípios que levam os seus valores ao exercício prático, o que pode funcionar muito bem com um grupo de agricultores familiares (Quadro 6). São eles:

Quadro 6: Princípios cooperativistas

	Princípios	Aplicado à Cooperativa	Aplicado ao Cooperado
	Adesão Livre e Voluntária: cooperativas são organizações voluntárias abertas para todas as pessoas aptas para usar seus serviços e dispostas a aceitar suas responsabilidades de sócio sem discriminação de gênero, social, racial, política ou religiosa.	As pessoas podem entrar e sair.	Posso ingressar livremente em um negócio coletivo que me proporcionará, junto com outros, atingir um propósito em comum.
	Gestão Democrática: as Cooperativas são organizações democráticas controladas por seus sócios, os quais participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e nas tomadas de decisões. Homens e mulheres, eleitos pelos sócios, são responsáveis para com os sócios. Nas cooperativas singulares, os sócios têm igualdade na votação; as Cooperativas de outros graus são também organizadas de maneira democrática.	Aqui você é dono: sua voz será ouvida e sua participação é fundamental nas tomadas de decisões.	Porque tenho uma voz igual à dos demais. Participo, ouço e falo aberta e honestamente.
	Participação Econômica dos Membros: eles contribuem equitativamente e controlam democraticamente o capital de sua Cooperativa. Parte desse capital é usualmente propriedade comum da Cooperativa para seu desenvolvimento. Usualmente, os sócios recebem juros limitados sobre o capital, como condição de sociedade. Os sócios destinam as sobras para os seguintes propósitos: desenvolvimento das Cooperativas, apoio a outras atividades aprovadas pelos sócios, redistribuição das sobras, na proporção das operações.	Você subscreve e integraliza quotas-partes, opera e controla o capital social.	Invisto capital na cooperativa, realizo operações com frequência e estou atento às ações da gestão.
	Autonomia e Independência: as Cooperativas são organizações autônomas de ajuda mútua. Entrando em acordo operacional com outras entidades, inclusive governamentais, ou recebendo capital de origem externa, elas devem fazer em termos que preservem o seu controle democrático pelos sócios e mantenham sua autonomia.	Temos liberdade em firmar contratos, parcerias e convênios e autogerir nosso negócio.	Sou cooperado em uma organização que não depende de autorização nem controle do Estado para poder ser constituída e realizar seus negócios.

Trabalho coletivo: O cooperativismo e o associativismo como forma de organização social e produtiva para agricultura familiar

	Princípios	Aplicado à Cooperativa	Aplicado ao Cooperado
	Educação, Formação e Informação: as Cooperativas oferecem educação e treinamento para seus sócios, representantes eleitos, administradores e funcionários para que eles possam contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. Também informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da prática da cooperação.	Para alcançar nossos objetivos econômicos e sociais, ofertamos possibilidades de formação, qualificação e compartilhamento e informações para nossos públicos beneficiários.	Participo de práticas educativas voltadas para a aquisição de saberes que favorecem o meu desenvolvimento e o da cooperativa. Valorizo a informação, como forma de assegurar a transparência e a democracia, além de propiciar à comunidade o conhecimento acerca do nosso empreendimento e, conseqüentemente, sobre o cooperativismo.
	Intercooperação: as Cooperativas atendem seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo trabalhando juntas, e de forma sistêmica, através de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais, através de Federações, Centrais, Confederações etc.	Podemos ser mais bem-sucedidos articulando-nos com outras cooperativas.	Aprovo a consolidação de convênios com outras singulares, centrais/federações e confederações. Estimulo e participo de práticas de visitas a outras cooperativas, percebendo-as como forma de aprendizagem organizacional com foco na melhoria e excelência da gestão.
	Interesse pela comunidade: as Cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos seus membros, assumindo um papel de responsabilidade social junto a suas comunidades onde estão inseridas.	Podemos fazer algo pela comunidade, como forma de disseminar o cooperativismo e promover desenvolvimento.	Apoio as iniciativas voltadas para a realização de ações comunitárias, entendendo-as como oportunidade para expressar o modelo cooperativista e de promover o progresso local e regional.

Fonte: Adaptado de SESCOOP/OCB (2017).

Não há uma regra que estabeleça que as cooperativas necessitem ser grandes para serem bem-sucedidas. Pequenas cooperativas podem ser muito bem-sucedidas se forem bem administradas coletivamente. Os princípios cooperativistas podem contribuir na organização política, social, econômica e ambiental dos agricultores familiares.

A autonomia para participar da tomada de decisão é o ponto chave do negócio cooperativo. Os associados não devem perder o controle da cooperativa quando são mudados os parceiros ou quando, se for o caso, sejam procuradas novas formas de capitalização por terceiros. Deve se atentar para preservar o princípio cooperativo de Autonomia e Independência.

MULHERES E JOVENS TAMBÉM DEVEM SER INSERIDOS NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO EMPREENHIMENTO

Da mesma forma que estamos vendo como é importante trabalharmos em grupo, também precisamos aprender outra coisa: em um grupo, tanto os homens quanto as mulheres possuem o mesmo poder de decisão. Isso mesmo, apesar de sabermos que existem diversas diferenças entre os gêneros, todos podem e devem exercer os mesmos direitos. **As mulheres devem ter os mesmos direitos na sociedade, na família e no nosso grupo!** Então, nada de colocar as mulheres só para escreverem a ata das reuniões ou servirem o cafezinho, viu?! As mulheres agricultoras também são protagonistas!

O que é protagonista?

Em um grupo ou associação de agricultores familiares, são atores protagonistas as pessoas que trabalham na produção, recebem o dinheiro referente ao seu trabalho, discutem todos os assuntos, sabem de todas as informações e participam de todas as decisões. Ou seja, todos e todas compartilham da tomada de decisão e são protagonistas!

Você sabia que desde 2004 existem políticas públicas de produção específicas só para as mulheres agricultoras familiares? É verdade! Políticas públicas são ações do Governo Federal que auxiliam diversos grupos sociais e o extensionista rural pode ajudar e mediar as discussões sobre como acessar. Algumas políticas auxiliam na parte de produção e outras na parte de comercialização da agricultura familiar. Para valorizar o protagonismo das mulheres, algumas políticas públicas foram criadas apenas para elas: tem o PRONAF Mulher, que concede crédito financeiro para as mulheres com prazos maiores para pagar e com menores juros; ATER Mulher, que oferece gratuitamente o serviço de assistência técnica específica para mulheres; além da preferência em adquirir alimentos produzidos pelas mulheres nos contratos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Falando em protagonismo, sabe quem também deve ser protagonista nos trabalhos da agricultura, na renda e nas decisões? **A juventude!** Sim, como os jovens serão o futuro da agricultura familiar, é necessário que eles

também estejam presentes nas reuniões para que possam dar suas opiniões e participarem do trabalho associativo, da produção agrícola e da remuneração por esse trabalho. A juventude é a perspectiva de continuar o trabalho familiar e também de empreender coletivamente em um movimento cooperativo. O que vocês acham de começarmos a pensar mais nisso?

A sobrevivência deste trabalho de agricultura familiar depende, via de regra, da sucessão familiar, ou seja, da continuidade da produção agrícola pelos jovens e assim por diante. Entre os fatores que mais atrapalham o trabalho do jovem na agricultura familiar é a falta de entendimento com os mais velhos. Sabe aquela conversinha informal entre as gerações? Pois é, ela ajuda a troca de conhecimentos e é fundamental pra compreender como podemos continuar, melhorar ou mudar nossa atuação no mercado. A juventude está sempre atenta nas novas técnicas e práticas sustentáveis desse nosso mundo moderno e, independentemente da idade, todos nós podemos contribuir com algum conhecimento. Ah! Lembrem-se: existem políticas públicas específicas para o(a) jovem agricultor(a) familiar. O PRONAF Jovem é um exemplo.

QUANDO A SUSTENTABILIDADE ESTÁ PRESENTE NA ORGANIZAÇÃO COLETIVA.

O desempenho da organização social e produtiva contribui para práticas sustentáveis à medida que o grupo percebe que a questão ambiental não é uma preocupação individual, mas de todos que estão envolvidos na atividade. Todos os tipos de agricultores familiares são parceiros na utilização dos recursos naturais e a busca por um diálogo é necessária quando o assunto é a sustentabilidade.

O uso dos recursos naturais é um bem comum. A organização social e produtiva é o caminho para garantir a sustentabilidade.

É importante que o grupo esteja atento à legislação ambiental e se adeque, sempre que necessário, às diretrizes e normas dos órgãos reguladores e fiscalizadores que estão sempre monitorando os impactos das atividades econômicas relacionadas à qualquer tipo de cadeia produtiva, a fim de prevenir qualquer dano ambiental e riscos à saúde das pessoas envolvidas.

Todo o ambiente na área da produção deve ser limpo e higienizado frequentemente. É muito importante que lixeiras com tampa e acionamento não manual estejam nas proximidades para evitar que todo o lixo fique em exposição. O excesso de lixo produzido pode prejudicar de forma crescente e ao longo

do tempo não só a natureza, mas também o homem, principalmente quando o descarte ocorre de forma incorreta e objetos são abandonados na área de produção, provocando ainda mais sujeira e colocando em risco até mesmo a criação de animais e a plantação.

O uso de produtos químicos em excesso, se utilizados de forma inadequada, pode comprometer os resultados que se espera obter com a comercialização dos produtos provenientes da agricultura familiar e de suas organizações coletivas.

É preciso se atentar também para o tratamento do esgoto gerado pelas pessoas no local onde está instalado as atividades produtivas, tanto o esgoto doméstico (aquele de onde sai a água da pia, do vaso e do chuveiro) quanto do esgoto não doméstico (aquele utilizado na área destinada ao corte e descamação no processo de manipulação da produção familiar que esteja relacionada ao abate de animais, como é caso do pescado). Além de organismos que podem acarretar doenças para as pessoas próximas, tratar ou reaproveitar os resíduos, protege a vida vegetal e ambiental, melhora o aspecto do mau cheiro e de possíveis animais transmissores de doenças e evita a depreciação do patrimônio. A questão ambiental envolve o empreendimento coletivo, pois é condição necessária para acesso às políticas públicas.

Atenção também deve ser dada para a saúde: em regiões com alta exposição ao sol é preciso nos cuidarmos! Se atente caso apareça alguma lesão na pele. Cuidado também com os animais potencialmente perigosos, inclusive os aquáticos. Adotar formas de cuidar de um ferimento por conta própria sem um tratamento adequado pode colocar sua saúde em risco. Fique atento! O nosso empreendimento coletivo tem tudo para dar certo porque as pessoas são a ÚNICA peça-chave, a mais importante, para o alcance do nosso objetivo comum.

ATER COOPERATIVA

Se as organizações cooperativas são instituições que possibilitam a inserção de agricultores familiares de forma diferenciada no mercado, é esperado que elas também atuem de maneira diferenciada das outras empresas (ou atravessadores, por exemplo) orientando-se segundo os valores cooperativistas. Para isso, é necessário que o funcionamento interno dessas cooperativas procure, no decorrer de suas atividades, articular sua gestão empresarial com a gestão social, de modo a alcançar sua proposta de desenvolvimento socioeconômico de seus cooperados. Isso significa dizer que as ações executadas, pautando o rendimento econômico e financeiro da organização, só alcançarão o sucesso esperado caso ele seja também o alicerce do sucesso dos seus cooperados. Para que isso ocorra, é preciso que a organização se mantenha próxima aos seus cooperados a fim de compreender, a todo o momento, as suas reais demandas e prioridades.

As ações de assistência técnica e extensão rural, por sua vez, precisam ter uma atenção especial nesta situação, já que constituem o canal mais próximo entre a cooperativa e a propriedade econômica dos cooperados. Como os agentes de ATER geralmente estão em contato direto com as propriedades rurais, visitando-as periodicamente, o processo de diálogo estabelecido pode ser significativamente maior que com os outros setores da cooperativa, caracterizando-os, muitas vezes, como os operacionalizadores de todas as ações desenvolvidas por esses empreendimentos. Além disso, durante seu trabalho, esses profissionais transformam-se em representantes da cooperativa, ficando, portanto, responsáveis de propagar a filosofia e cultura específica da cooperativa e de promover os objetivos por ela estabelecidos. Assim, “o agente de ATER passa a ser porta-voz de um poder institucional que deve ser executado da maneira que a instituição espera que ela seja” (PETARLY, 2013, p. 43). Dessa forma, os agentes de ATER carregam consigo o poder simbólico como representantes da organização cooperativa naquela comunidade ou grupo de agricultores familiares.

O porta-voz autorizado consegue agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, procurador. (BOURDIEU, 1996, p. 89)

A principal diferença do serviço de ATER oferecido entre os diferentes tipos de organização é que nas cooperativas os cooperados, além de proprietários, também são os clientes e fornecedores dos serviços da cooperativa. Portanto, além de garantir resultados técnicos produtivos favoráveis, os agentes de ATER também contribuem no processo de fidelização dos cooperados à cooperativa, fortalecendo, assim, a face de empresa econômica presente nas cooperativas (PETARLY, 2013).

A efetividade da participação dos cooperados deve se dar não apenas em instâncias de participação social obrigatórias pela legislação cooperativista (assembleias, conselhos de administração e fiscal), mas por meio de relações de confiança que garantam que esses cooperados direcionem toda a sua produção para o empreendimento da qual são donos, ou seja, fomentem confiança e participação econômica. Isso só acontece quando há relação de confiança e de reciprocidade entre indivíduo e organização, estabelecida previamente ou simultaneamente ao processo econômico. Essas relações são instituídas quando os funcionários da cooperativa e, principalmente, os agentes de ATER, por exemplo, se colocam em uma posição de parceria e de construção conjunta das ações a serem desenvolvidas, como o que se pretende nas reuniões de OQS ou nas pré-assembleias. Assim, ao invés de estabelecer uma relação com base em uma Extensão Rural difusionista, baseada em uma abordagem diretiva, ela deve se direcionar pela abordagem interativa e participativa, na qual ambos, e não apenas o técnico, são vistos como nós dessa rede de construção de parcerias e de projetos a serem desenvolvidos conjuntamente.

Esse exercício constante de construção de confiança pode possibilitar ganhos contínuos dentro da organização, visto que a participação política e econômica dos cooperados tenderiam a aumentar a partir da ideia de um círculo virtuoso de confiança. Ao mesmo tempo, o efeito negativo de uma relação pode levar a perda da confiança estabelecida, criando um círculo vicioso que prejudicaria o trabalho.

Outra diferença no trabalho de ATER das cooperativas deveria estar no direcionamento do olhar do técnico. Este não deveria estar voltado apenas para as questões produtivas, mas também para a propriedade de maneira sistêmica, integrando a diversificação da produção, gestão da

propriedade, qualidade de vida e saúde da família, adequação às legislações vigentes, acesso aos mercados etc.

Outras importantes atuações dos agentes de ATER nas cooperativas é que eles se transformam em responsáveis por organizar a oferta da produção dos cooperados a ser entregue para a cooperativa, assessoram a gerência da cooperativa sobre a comercialização de produtos nas lojas agro veterinárias baseados nos seus cálculos sobre a demanda de insumos a serem adquiridos pelos cooperados, por exemplo. Para isso, é preciso que haja um canal direto de comunicação entre o departamento técnico e o departamento comercial da cooperativa.

A partir da situação produtiva e da sazonalidade da produção, os agentes de ATER podem mensurar os insumos que os cooperados precisarão, em um futuro próximo, para que o departamento comercial possa adquiri-los de maneira planejada e garantir melhores condições de compra para os cooperados. Os agentes de ATER estão em condições de contribuir também na articulação entre o que é produzido pelos cooperados e a demanda dos mercados, podendo, assim, melhorar a competitividade da organização perante seus concorrentes.

É importante ressaltar que não é possível estabelecer um padrão de ações que devem ou não ser desenvolvidas por todas as cooperativas, porque cada uma tem suas especificidades. Por mais semelhanças que haja entre as organizações, devido à doutrina cooperativista que as orienta, como são organizações formadas por conjuntos específicos de pessoas, precisam respeitar as singularidades do coletivo que as constituem. Como nas cooperativas todas as ações realizadas não devem focar só no seu desenvolvimento, mas também no desenvolvimento individual dos seus cooperados, essa dupla natureza cooperativa configura-se como duas faces de uma mesma moeda (PRESNO AMODEO, 1999).

Como as cooperativas precisam agir em mercados cada vez mais competitivos e exigentes, o padrão de qualidade dos produtos por ela ofertados necessita ser adequado a essa realidade. No entanto, como a cooperativa não deve ser um fim em si mesma, também os mercados em que atua devem ser adequados à realidade dos seus cooperados. Ao invés de transformar os produtores em escravos da produção agropecuária, espera-se que o trabalho dos agentes de ATER facilite essa relação, contribuindo para otimizar a relação entre a produção dos cooperados e os possíveis mercados da cooperativa. Na sequência seguem alguns modelos e roteiros que podem auxiliar o seu trabalho na ATER Cooperativa.

6.1 ROTEIRO PARA CARACTERIZAÇÃO DA COOPERATIVA

1. Identificação

Nome da cooperativa, endereço, telefone, município, CEP, região e estado.

- Possui registros obrigatórios?
OCBTO (No caso de registro no Tocantins)
JUCETINS (No caso de registro no Tocantins)

2. Informações gerais

Qual a data de constituição?

Quando iniciou suas atividades?

Quais os objetivos da cooperativa (previstos no estatuto e os reais)?

Quais os serviços prestados aos agricultores familiares?

Qual a área de ação da cooperativa?

Elaborar um mapa da área de ação da cooperativa.

Descrever a estrutura fundiária e os dados da produção da agricultura familiar na área de ação da cooperativa (municípios de maior concentração de associados), se possível.

Qual a distância da sede da cooperativa dos municípios, de sua área de ação?

3. Levantamento do Quadro Associativo

Ano	Admitidos	Demitidos	Eliminados	Excluídos	Existentes em 31/12	% ao ano anterior	% associados ativos*

* Ativos são os associados que transacionam com a cooperativa, entregando sua produção e/ou adquirindo algum produto.

Durante a mobilização com os agricultores familiares, procure informar quais os motivos que levaram os agricultores a se associarem a uma cooperativa. É bom para a gestão da cooperativa que um levantamento acerca da evolução da participação dos associados em Assembleias Gerais seja realizado (pelo menos nos últimos três anos ou mais. Veja os livros de ATAS e faça esse levantamento).

Obs.: Se o índice de frequência for muito grande em algumas comparado com as demais, procure saber sobre a natureza do tema tratado e a importância que ele tem ou teve no contexto da cooperativa. Se o comparecimento for pequeno, procure identificar quais são os possíveis fatores a que podem estar condicionados. Converse com os associados e diretores a respeito. Procure identificar o que os agricultores familiares esperam da cooperativa e também conhecer suas opiniões em relação ao funcionamento da cooperativa, à atuação da diretoria, à qualidade dos serviços prestados etc.

4. Relacionamento cooperativa/associados

Procure observar, de modo geral, se os agricultores familiares estão informados sobre os problemas e planos que a cooperativa têm relacionados à produção e comercialização. Observar também se a cooperativa tenta intensificar as relações entre ela própria e os associados por meio de atividades visando o melhoramento técnico das operações agropecuárias dos associados (por exemplo, dias de campo, palestras técnicas etc.). A cooperativa transmite informações técnicas aos associados? Quais informações e como são transmitidas? A cooperativa mantém ou contrata serviços de assistência agropecuária para os associados (especificar a natureza, extensão, resultados)? Como se dá a comunicação dos cooperados? Há algum programa de comunicação ou educativo para manter contatos com os associados em geral, exceto as assembleias (por exemplo, Programa de Rádio, Informativo (jornal), Mural etc.)? Os associados compreendem as diferenças entre sua cooperativa e os comerciantes ou representantes de empresas agropecuárias na mesma área? Os associados são encorajados a manifestar interesse ativo e positivo em melhorar os serviços da cooperativa?

5. Relações com não associados

A cooperativa mantém uma política para atrair o interesse de não associados em sua área de ação com o objetivo de torná-los seus membros? Como essa política é aplicada? Por exemplo, o extensionista pode verificar se a cooperativa convida os não associados para reuniões locais não estatutárias, visitas às instalações etc. O extensionista pode assessorar a gestão da cooperativa na realização de algum plano para encorajar o crescimento do número de associados.

6. Relacionamento com outros órgãos

A cooperativa colabora com outras organizações, associações, instituições etc., em sua área de ação, tendo em vista o bem comum da agricultura familiar em sua área de ação? O extensionista deve observar e descrever em relatórios como ocorre o relacionamento com órgãos e instituições cooperativistas.

7. Situação interna dos registros e controles do aspecto social

Registros/controles	Existência		Atualização		Situação		
	Sim	Não	Sim	Não	Boa	Regular	Má
Sociais							
Livro de matrícula							
Cadastro de sócios							
Atas A.G.							
Presença A.G.							
Atas da diretoria							
Presença da diretoria							
Atas do conselho fiscal							
Presença do conselho fiscal							
Outros							

A Cooperativa possui formulários próprios para:

	Sim	Não
· Admissão de associados?		
· Proposta de admissão de associados?		
· Requerimento de demissão?		
· Cadastro de associados?		
· Recibo de quota-partes?		
· Recibo de restituição do saldo credor?		

8. Informações sobre o Conselho de Administração/Diretoria e o Conselho Fiscal

Nome	Função	Instrução	Remuneração mensal	Categoria de produtor

Os dirigentes participam de encontros, seminários, cursos etc. oferecidos pela OCBTO?

Quais as reivindicações em termos de política cooperativista, crédito etc.?

Eles estão perfeitamente a par dos princípios do cooperativismo, legislação cooperativa etc.?

Sobre as funções da diretoria e sua participação:

- Alguns dentre eles têm experiência ou treinamento especializados sobre administração comercial e finanças?
- Já foram diretores de outras cooperativas?
- Os estatutos refletem minuciosamente as funções da diretoria?
- Os diretores tomam parte ativa nos negócios do dia a dia da cooperativa?
- Qual a frequência das reuniões de diretoria realizadas (de acordo com o estatuto e na prática)?
- Como tem sido o movimento dos membros da diretoria nos últimos três anos?
- A diretoria tem elaborado definições dos objetivos, de política e dos programas gerais da cooperativa?
- Quanto tempo e atenção a diretoria depende nesse trabalho?

9. Informações sobre o pessoal administrativo

Estrutura organizacional (organograma simplificado da cooperativa, definindo os níveis de gerência e/ou supervisão).

Estrutura de pessoal

Função	Unidade

10. Organização geral

Existe algum organograma formal?

Existe algum manual de procedimentos para alguma atividade ou serviço? Existe(m) regimento(s) interno(s)?

Como são os fluxos de documentos e informações?

Os serviços ou atividades estão estruturados em departamentos? De que maneira?

Os departamentos maiores e mais complexos estão subdivididos em divisões e/ou seções?

A organização de escritório geral mostra-se eficiente e operacional e até que ponto a mecanização é empregada?

11. Instalações

Os edifícios são de propriedade da cooperativa ou alugados?

Eles foram especialmente planejados e construídos para outro propósito?

São adequados para os serviços atuais e/ou para as atividades previstas ou planejadas?

Em casos de planos para alteração (melhoria, expansão) das instalações existentes, descrever os mesmos e emitir opinião pessoal a respeito.

Como é o serviço de processamento de dados em computador?

12. Setor administrativo

Qual é o processo burocrático para admissão, controle e cadastro de associados?

O livro ou fichas de matrícula dos associados está atualizado de acordo com as exigências legais?

Como é o sistema de arquivo e sua funcionalidade?

Os impressos e formulários atendem às necessidades do setor?

Existe um cadastro de associados? Está atualizado?

13. Setor de Assistência Técnica

Existem assistências agrônômica, veterinária, educacional, social ou de outro tipo? Como são realizadas?

A assistência é gratuita ou paga?

Como é cobrada a assistência aos associados?

Qual a porcentagem de associados beneficiados?

Existe alguma divulgação ou esclarecimento técnico para associados?

A cooperativa promove o desenvolvimento técnico e profissional de seus empregados?

Relação dos Técnicos

Nome	Nível	Função

14. Situação econômico-financeira

Análise dos balanços dos dois últimos exercícios.

15. Organização do quadro social

Número de Núcleos (total) em potencial a serem organizados na área de ação da cooperativa?

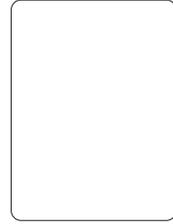
Como foram selecionados os Núcleos organizados?

- Quais os critérios foram adotados?
- Quantas reuniões foram realizadas nos Núcleos?
- Quais os assuntos tratados nas reuniões?
- Qual o grau de receptividade e satisfação dos associados em relação aos trabalhos de OQS?
- Chegaram a organizar o Núcleo Central? Quantos membros possui?

Quadro Demonstrativo dos Núcleos Organizados

Nome do Núcleo	Município	Distância até a Sede da Cooperativa	Data da Reunião	Número de Associados em Potencial	Média de Participantes nas Reuniões

6.2 EXEMPLO DE FICHA DE CADASTRO DO ASSOCIADO



Cooperativa XYZ		
Número de Registro:	Data do registro ___/___/____	
Dados do Associado		
Nome do Associado:		
Data de Nascimento:		
Natural de:	UF:	Estado Civil:
Profissão:	RG:	Órgão Expedidor:
CPF:	Escolaridade:	
Endereço residencial:		
Contato: ()	Dados Bancários	

Dados da Família

	Nome Completo	Parentesco com o associado	Data de Nascimento	Grau de Escolaridade
1				
2				
3				
4				
5				

Dados da Produção do Agricultor(a) Familiar:

Realiza outra atividade econômica () sim () não. Se sim, qual(is)? _____

**PARTE 3 – A ATUAÇÃO DA EXTENSÃO RURAL NAS
ESTRATÉGIAS DE MONITORAMENTO SOCIOECONÔMICO
E DE ACESSO AOS MERCADOS**

POLÍTICAS PÚBLICAS E ACESSO AOS MERCADOS FORMAIS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

A orientação para construção de estratégias de comercialização de produtos em diferentes mercados é um desafio ainda maior devido à extinção, em 2016, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e de algumas políticas públicas específicas do setor. Por esse motivo é que o objetivo deste capítulo é o de apresentar alternativas de canais de comercialização institucionais para que os extensionistas possam apoiar grupos de agricultores que atualmente comercializam seus produtos de forma precária e informal.

O reconhecimento na década de 1990 dos agricultores familiares¹ como sujeitos de direitos envolveu lutas políticas com o apoio de movimentos sociais que conseguiram articular espaços de diálogo junto ao Estado para ampliar o exercício da cidadania e o acesso a recursos públicos outrora destinados quase exclusivamente aos grandes produtores. No entanto, a unificação de diversos grupos sociais em uma mesma categoria promoveu, mas também ocultou, muitas diferenças produtivas e socioculturais internas à agricultura familiar. Assim, nos últimos anos, alguns grupos têm reacendido demandas mais específicas por reconhecimento, visibilidade pública e políticas que atendam às suas peculiaridades, ao passo que reivindicam um olhar específico do Estado (e também da sociedade) em relação às suas características socioculturais e “modos de vida”. Eles são grupos culturalmente diferenciados com formas próprias de organização social, ocupantes de territórios e de recursos naturais e, quando autores, se reconhecem como tais. Por isso o papel importante das políticas públicas para minimizar a exclusão desses

1 Essa categoria sociopolítica envolve uma enorme diversidade de públicos – agricultores familiares tradicionais, assentados dos programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, aquicultores familiares, povos da floresta, seringueiros, dentre outros povos tradicionais –, que têm na família (nuclear ou ampliada) a base estruturante de suas formas de produção e organização do trabalho.

públicos pela sociedade e, por conseguinte, dos mercados. Para tanto é preciso que os agricultores familiares estejam organizados (socialmente e produtivamente) e possuam estruturas mínimas de processamento voltada à qualidade sanitária a fim de reduzir a informalidade das vendas.

Com o intuito de proporcionar condições de adequação aos agricultores familiares, foram implementadas políticas públicas com distintos focos, mas que resultam na melhoria das condições socioeconômicas desse público. Nesse sentido, o papel dos técnicos extensionistas se amplia e deixa de ser apenas o de orientar as questões técnicas produtivas das propriedades rurais e soma a ele o papel de acompanhar a elaboração dos projetos a serem submetidos às políticas públicas, sua implantação e todos os processos referentes ao mesmo.

E QUAL É O MOTIVO DE OS AGRICULTORES FAMILIARES ACESSAREM AS POLÍTICAS PÚBLICAS?

As políticas públicas são criadas para dar melhores condições a grupo vulneráveis e/ou excluídos da sociedade que estão enfrentando algum problema público. Dessa forma, as políticas devem atender às demandas e necessidades básicas de determinada coletividade, isso contribui para garantir aos indivíduos a devida reprodução de seu modo de vida. Com a ampliação de direitos ocorre uma melhor distribuição da renda, acesso à alimentação, moradia, educação, saúde, comercialização, dentre outras áreas.

Etapas de construção de uma política pública:

1. Identificação e definição do problema público: busca identificar os elementos distintivos e socialmente nocivos à sociedade, as suas causas e seus efeitos para existir e seu agravamento;
2. Inserção da agenda política: com a definição de temas prioritários na agenda pública, o Estado mobiliza recursos e formula políticas para dar respostas à sociedade;
3. Definição das ações: o Estado e os beneficiários negociam os serviços demandados;
4. Aprovação da legislação: é a definição das leis necessárias para amparar a política;
5. Implementação da política: é preciso programar as ações para que se cheguem aos beneficiários;
6. Monitoramento e avaliação: analisar o que necessita ser corrigido de forma técnica e melhorar sua operacionalização.

Ao longo desse percurso de reconhecimento, diversas políticas públicas foram formuladas no Brasil com o intuito de garantir a reprodução dos agricultores familiares focada em três referenciais: 1. Agrícolas, 2. Sociais e 3. Construção de mercados para a promoção da segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

O quadro a seguir apresenta uma linha do tempo com as políticas públicas que foram criadas para o fortalecimento da agricultura familiar, desde a década de 1990.

Quadro 07: Linha do tempo da criação das políticas públicas

Ano	Política Pública	Objetivo
1994	Programa Nacional de Fortalecimento da AF – PRONAF.	Política de crédito para custeio e investimento oferecida pelo MDA aos agricultores familiares.
1995	Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	Programa de aquisição direto dos produtos da agricultura familiar ou de suas organizações.
2004	Política Nacional de Assistência Técnica E Extensão Rural - PNATER	Estimular e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo e outras, tendo como centro o fortalecimento da AF, visando a melhoria da qualidade de vida e adotando princípios agroecológicos.
2004	Programa Nacional de Biodiesel da AF	Busca estimular as empresas produtoras de biodiesel a utilizarem matéria-prima da AF, gozando, com isso, de vantagens fiscais e tendo garantida pela Petrobras a compra do biodiesel.
2006	Programa de Garantia de Preços da AF – PGPAF	Assegura desconto no pagamento do financiamento do PRONAF, custeio ou investimento em caso de queda de preços no mercado.
2008	Programa Mais Alimentos	Com a dupla finalidade de dinamizar a indústria de máquinas e equipamentos e possibilitar aos AFs a aquisição de maquinários com preços reduzidos previamente negociados com o Governo, condições nas quais o financiamento era assegurado.
2009	Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE	Por força de lei federal exige que os municípios invistam no mínimo 30% do valor de seus orçamentos na aquisição de produtos da AF para a alimentação escolar.
2012	Programa Garantia Safra	Destina-se à região do semiárido nordestino e aos agricultores mais empobrecidos, que auferam renda bruta familiar mensal inferior a 1,5 salários-mínimos.

Fonte: Adaptado de Mielitz Netto (2011).

Essas políticas públicas para a agricultura familiar foram implementadas a partir do seu reconhecimento institucional e da necessidade dada a sua diversidade e do *modus operandi* das diferentes categorias sociais que habitam o meio rural brasileiro, a partir da expressiva heterogeneidade sociocultural e significância produtiva, além disso, se sustentou na capacidade em absorver a mão de obra rural e ampliar a oferta de alimentos. Contudo, Esquerdo e Bergamasco (2014, p. 215) advertem:

Para que uma política pública atinja o seu potencial, tão importante quanto a estrutura e o funcionamento da rede de agentes participantes, torna-se fundamental sua apropriação pelos diferentes agentes. Os agricultores devem se apropriar do programa, entender os seus objetivos, seus limites e sua estrutura operacional, pois somente assim será possível a constituição de redes locais com elevada coesão social, onde os diferentes agentes se ajudam mutuamente.

Nesse intento, a criação de um *pool* de políticas públicas específicas e de avanços no meio rural em decorrência do reconhecimento da agricultura familiar e da criação da PNATER permitiram reverter ou amenizar o êxodo rural e se tornou peça fundamental para garantir a reprodução e a dinamização socioeconômica dos agricultores familiares. Portanto, as políticas públicas para a agricultura familiar precisam se readequar e reconhecer as particularidades - o que torna imprudente algumas generalizações - das diferentes categorias de agricultores familiares que, por sua vez, precisam encontrar novas alternativas e estratégias de inclusão produtiva.

Os agricultores familiares precisam ter clareza das políticas públicas que precisam e, assim, fazer proposições. É importante que estejam organizados e tenham a capacidade de se mobilizarem para articular demandas e interesses do setor.

A seguir estão as principais políticas públicas mais demandadas pelos públicos da agricultura familiar.

O **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)** foi a primeira política agrícola do país direcionada aos agricultores familiares, de acordo com os critérios de renda e de acesso às políticas públicas, com o intuito de liberar crédito rural para a capitalização e o acesso daqueles “em transição” – os quais se encontravam parcialmente inseridos nos circuitos de inovação tecnológica e de mercado – tendo em vista se tornarem “consolidados”. Entretanto, constatou-se que o PRONAF privilegiou modelos produtivos convencionais com baixa capacidade de absorção de mão de obra, alto grau de especialização e integrados aos mercados convencionais. Isso refletiu no maior volume de investimentos nas regiões Sul e Sudeste do país, onde o processo de modernização da agricultura havia avançado mais rapidamente desde os anos 1960.

Independentemente da cadeia produtiva, é importante que os agentes financeiros sejam capacitados para conhecerem com mais detalhes sobre a atividade para melhor entendimento das demandas dos beneficiários e, assim, desburocratizar o acesso ao PRONAF, visto que a atividade da

bovinocultura é a mais demandada por esse crédito rural. Após a decisão do que financiar, com o apoio do serviço de ATER o agricultor será orientado para as linhas específicas de crédito a que tem direito. Com a DAP e o projeto técnico recomenda-se procurar as agências financiadoras que trabalham com o PRONAF. Citam-se o Banco do Brasil, Banco da Amazônia ou Cooperativas de crédito. Existem agricultores familiares que não tiveram a oportunidade de acessar o PRONAF, seja pela falta de orientação, pelo receio de não conseguir pagar o financiamento, pela falta de garantias para o agente financeiro ou por não possuir a DAP.

O serviço de assistência técnica e extensão rural é oferecido gratuitamente para todos os públicos da agricultura familiar desde 2010, com a criação da **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)**. É realizado pela empresa oficial de ATER do estado, por Organizações Não Governamentais (ONGs) e por instituições privadas através de Chamadas Públicas de ATER. Também são responsáveis pela emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), que é o documento de identificação da agricultura familiar que pode ser adquirido tanto pela pessoa física quanto jurídica (associações ou cooperativas) como forma de ter acesso às políticas públicas de desenvolvimento rural.

No Brasil foi criado o serviço de assistência técnica específica aos piscicultores familiares (e pescadores artesanais) conhecido como Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola (Atepa) que foi extinta em 2015 juntamente com o Ministério da Pesca e Aquicultura. Quanto às licenças ambientais, a falta de informação técnica e de diálogo entre as instituições responsáveis da área fez com que os piscicultores se arriscassem na clandestinidade. Em ambos os casos, trabalhar em associações pode acelerar significativamente a resolução desses problemas.

Além disso, a busca por parcerias contribui consideravelmente para potencializar as ações inerentes ao empreendimento coletivo, como é o caso do acesso às políticas públicas. Com isso surge a necessidade de os agricultores familiares participarem ativamente de capacitações (tanto técnica quanto na esfera da gestão) para atenuar os problemas que são recorrentes na agricultura e que poderiam ser minimizados com maior fluxo de informações e de transferência de tecnologias. Por isso a importância do serviço de Extensão Rural, para orientar as práticas de produção e de manejo dos agricultores e, concomitantemente, indicar qual o mercado e qual política pública são mais adequados para acessar diante da realidade local.

Em relação às **políticas socioassistenciais** (Bolsa Família, Previdência Social, Fome Zero, Seguro Defeso, Cadastro Único, Habitação Rural etc.) foram criadas para mitigar a pobreza rural não retratada pelas políticas orientadas por um referencial agrícola e agrário, provocado pelos efeitos negativos e das insuficiências verificadas pela política de crédito rural. Constatou-se que as políticas sociais têm sido fundamentais em regiões empobrecidas, haja vista a melhoria nos indicadores convencionais de desenvolvimento como, por exemplo, redução da pobreza, diminuição de desigualdades sociais, incremento na renda, dentre outros que, provavelmente, não teriam sido alcançados apenas com políticas agrícolas (e aquícolas). No entanto, essas políticas se mostraram menos exitosas na promoção da inclusão produtiva dos diferentes tipos de agricultores. Resultados mais evidentes nesse sentido estão associados às políticas voltadas à construção de mercados para a promoção da segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental.

Seguridad alimentaria y nutricional está relacionada al derecho de las personas en alimentarse de forma suficiente y segura, atendiendo a las necesidades nutricionales y hábitos alimentares regionales

A criação de novos mercados é estratégia para que o agricultor não se torne dependente de apenas um canal de comercialização. No entanto, os principais obstáculos enfrentados pelos agricultores familiares para acesso ao mercado são: falta de conhecimento em inovações tecnológicas, dificuldade de acesso a informações, burocracias, dificuldades de vender seu produto, falta de apoio do serviço de assistência técnica e da vigilância sanitária, além da falta de empenho do comércio local em trabalhar com alimentos produzidos no próprio município e região. Esses fatores contribuem para que os agricultores se excluam desse mercado e optem apenas pela venda direta ao consumidor, vendas institucionais (quando conseguem) ou feiras abertas, perdendo a oportunidade de vender e divulgar seus produtos para um quantitativo maior de pessoas.

QUAIS SÃO AS POLÍTICAS DE ACESSO AOS MERCADOS PELOS AGRICULTORES FAMILIARES?

Nesse caso, a política que teve maior visibilidade foi o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, para articular a compra de produtos provenientes da agricultura familiar com ações de segurança

alimentar e nutricional para populações vulneráveis. Dada a visibilidade do Programa e sua capilaridade, seu efeito ganhou relevância para a dinamização das economias locais e fortalecimento das organizações coletivas da agricultura familiar, o que promoveu o debate sobre a construção social de novos mercados agroalimentares.

Com efeito, no ano de 2009, com algumas similaridades ao PAA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi redesenhado e passou a exigir que pelo menos 30% dos recursos governamentais para a alimentação escolar fossem utilizados para aquisição de produtos provenientes de agricultores familiares e de seus empreendimentos coletivos. O objetivo da alimentação escolar é:

- Suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos(as) alunos(as) beneficiários(as), por meio do oferecimento de, no mínimo, uma refeição diária e adequada;
- Melhorar a capacidade no processo ensino-aprendizagem;
- Formar bons hábitos alimentares ao realizar ações de educação alimentar e nutricional;
- Evitar a evasão e repetência escolar;
- Fomentar a produção da agricultura familiar e de suas organizações coletivas.

A través de la dispensa del proceso licitatorio, la adquisición de productos de la agricultura familiar puede ser por medio del instrumento de Chamada Pública.

Como mínimo del 30% de los recursos financieros de la alimentación escolar es destinado para la adquisición de géneros alimenticios de la agricultura familiar y sus organizaciones colectivas.

O extensionista precisa estar ciente que é necessário que o agricultor familiar tenha conhecimento e monitoramento de suas práticas de produção para que possa fazer uma adequada comercialização de seus produtos. Para isso, é preciso que todos se atentem às seguintes questões:

- Conhecimento da sua capacidade produtiva para o melhor planejamento da produção;
- Conhecimento dos hábitos alimentares da população, no sentido de identificar quais são os produtos preferidos para o consumo e quais períodos são mais demandados;
- Identificação de outros grupos de agricultores familiares organizados (ou não) para que possam utilizar coletivamente de uma mesma estrutura mínima para o processamento dos diversos produtos que produzem;

- Identificação de quais são os documentos necessários para a regularização do empreendimento e quais são as exigências sanitárias para acessar políticas públicas;
- Agregar valor aos seus produtos com identidade visual e embalagem própria da associação/cooperativa.

Além desses questionamentos, para a proposição de estratégias de comercialização no mercado institucional que sejam capazes de atender às especificidades da agricultura familiar, é preciso que agricultores e técnicos de extensão reflitam sobre algumas questões norteadoras:

- Como fornecer produtos de forma contínua e com qualidade?
- Como articular parcerias para garantir quantidade, qualidade e regularidade no fornecimento?
- Quais são as alternativas possíveis para o fornecimento de gêneros alimentícios para as escolas?
- Como garantir o apoio da assistência técnica e de assessoria especializada para a produção de alimentos e sua agregação de valor?
- Que tipo de infraestrutura mínima é exigida pela legislação sanitária?
- Qual é o nicho de mercado que pretende conquistar?
- Qual é o tipo de consumidor prioritário?
- Quais são os produtos a serem desenvolvidos?
- Qual é a estrutura organizacional coletiva mais adequada à realidade local e ao mercado que se quer participar?
- Quais os documentos necessários para o acesso às políticas públicas e aos mercados?
- Como divulgar seus produtos e onde serão comercializados?

Los extensionistas también deben poner atención a las demás organizaciones que ofrecen apoyo a la agricultura familiar y sus emprendimientos para que el trabajo pueda ser potencializado por medio de sociedades.

Quadro 8. Algumas organizações de apoio à agricultura familiar

Organização	Função
Companhia Nacional de Abastecimento (Conab-TO)	Apoia os debates de políticas de aquisição de alimentos e contribui para o acesso dos agricultores familiares no PAA.
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea-TO)	Oferece suporte à comercialização dos agricultores familiares e no debate da segurança alimentar e nutricional.
Organizações dos movimentos sociais	Representam os interesses de seus beneficiários no acesso às políticas públicas.
Sistema S: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Serviço Social do Comércio (Sesc) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar)	O Sebrae fomenta o empreendedorismo rural, o Sesc articula a logística de entrega dos produtos da agricultura familiar para atender ao Programa Mesa Brasil e o Senar tem entrado no ramo de assessoria à assistência técnica e gestão.
Instituições de ensino	Através de seus núcleos de pesquisa e de extensão propõem projetos de intervenção junto aos agricultores familiares.
Empresas privadas e públicas de ATER	Prestação do serviço de ATER e de emissão de DAP.
Instituições ligadas as cooperativas: Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB/TO) e União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes)	Representam os interesses das cooperativas de agricultores.
Bancos: Banco do Brasil (BB), Banco da Amazônia (Basa) e cooperativas de crédito.	Financiam atividades produtivas dos públicos da agricultura familiar e de suas organizações coletivas.

Fonte: Elaborado pelos autores.

MECANISMO DE CONTROLE ECONÔMICO DA PRODUÇÃO FAMILIAR

Os mecanismos de controle econômico são ferramentas essenciais para o gerenciamento de uma propriedade rural, sejam elas grandes, pequenas ou familiares, e também para o gerenciamento de atividades extrativistas como, por exemplo, a coleta de frutos do cerrado, a pesca artesanal, dentre outras. Um mecanismo de controle econômico é um conjunto de práticas que tem como objetivo o acompanhamento das atividades produtivas. Atualmente, dado o avanço tecnológico, o uso da Internet, de microcomputadores e aparelhos celulares são ofertados um conjunto de aplicativos, planilhas eletrônicas, dentre outros, que possibilitam a realização desse controle. No entanto, a ausência dessas tecnologias não impede que sejam adotados mecanismos de controle econômico.

Ao falar em “mecanismo” não estamos tratando, necessariamente, de algo complexo, mas de uma rotina para registro sistemático de todas as informações pertinentes às atividades produtivas que são desenvolvidas em uma propriedade em determinado período de tempo, para que em determinado momento essas informações sejam capazes de subsidiar a tomada de decisões.

A agricultura familiar possui características bem específicas e uma delas é o emprego da mão de obra familiar na produção. Se o agricultor não realiza anotações sobre o tempo gasto em uma atividade, no final da semana ou do mês ele não vai ter nem ideia do quanto de trabalho dedicou à produção. Além disso, a agricultura familiar se insere em sistemas produtivos diversificados e integrados. Essas duas características evidenciam ainda mais a necessidade de criar mecanismos de controle econômico. Imagine uma família de agricultores que possui uma propriedade diversificada com produção de alimentos, criação de galinhas e porcos, tenha algumas vacas,

uma infinidade de árvores frutíferas e uma horta com muitas verduras e plantas medicinais. Imagine, ainda, que existe uma divisão familiar do trabalho que envolve gênero (homens e mulheres) e geração (adultos, jovens, crianças e velhos). Saber quem faz o quê e quais as atividades são realizadas é muito importante para planejar a produção.

Esse é um sistema produtivo bastante complexo e acompanhar de forma sistemática cada um dos subsistemas é importante para obter um fluxo de recursos na propriedade. Esse fluxo evidenciará não só as relações de compra e venda, mas também a forma como o trabalho familiar é organizado. Se todos trabalham na unidade familiar, é preciso saber o que cada um faz, o que é consumido, vendido, doado e reaproveitado. Nesse sentido, os mecanismos de controle financeiro são uma ferramenta importante para o empoderamento da mulher e dos jovens que, em muitas situações, têm seu trabalho invisibilizado.

Uma ferramenta muito prática e que gera resultados promissores é o monitoramento econômico da produção. Ele pode ser realizado de forma simples e incluir toda a família. Cada um pode ficar responsável por monitorar seu próprio tempo e as atividades que realiza e, quando a atividade for realizada por todos conjuntamente, é possível definir quem fará as anotações. O monitoramento é basicamente o registro, o acompanhamento e a análise de informações. Então o ponto de partida é registrar, anotar todas as despesas e todas as receitas que as atividades produtivas estão gerando.

A produção, normalmente, é monitorada sob o ponto de vista técnico, ou seja, há quanto tempo ocorreu a semeadura, a germinação, colheita, quando o solo deve ser adubado, quantos dias depois da chuva a semente deve ser plantada, mas o monitoramento não pode observar apenas esses aspectos, é preciso ir além. Então, é necessário incluir aspectos econômicos da produção e da economia familiar nesse monitoramento.

O monitoramento econômico é basicamente observar e anotar tudo aquilo que envolve as atividades produtivas da agricultura familiar, seja monetário ou não. O registro de todas as operações é fundamental para que, ao final de um determinado período, pode ser mês, ano ou até mesmo vários anos, a família consiga avaliar se aquela atividade, ou todas as atividades, tem gerado o retorno necessário para a melhoria da sua qualidade de vida.

Observe que o monitoramento é mais abrangente que registrar custos, receitas e saber qual foi o lucro. Essa parte também é importante e vamos falar sobre ela, mas o monitoramento vai além, é conseguir visualizar para onde estamos destinando a produção, de onde e em quais circunstâncias

tem origem a nossa renda. Para isso não há outro caminho a não ser anotar tudo e acompanhar. Outro ponto importante é que melhorar a qualidade de vida não implica somente que a renda tenha aumentado. Se a família produz de forma diversificada, integra seus sistemas, garante segurança alimentar e produz de forma sustentável, a qualidade de vida certamente estará presente. É nesse sentido que precisamos monitorar a produção para conseguir planejar o alcance desse objetivo: **MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA NO CAMPO!** Nossa proposta com esse Manual é incentivar a prática de registrar todas as informações como objeto de empoderamento dos agricultores e agricultoras familiares.

8.1 O MONITORAMENTO ECONÔMICO

Qual a importância de monitorar as atividades? Para falar sobre isso utilizaremos um exemplo bem comum na rotina dos agricultores familiares: a aquisição de insumos. Sem dúvida é um dos itens com maior custo de produção e tem grande importância, pois a sua qualidade vai impactar na produtividade, ou seja, na quantidade de quilos que cada subsistema vai render, seja produção agrícola, criações ou pecuária. A produtividade é o resultado do quanto foi produzido em relação à quantidade que foi investida para a produção de um determinado produto. Existem várias formas de essa produção ser medida e, além disso ela pode continuar a mesma, aumentar com o tempo ou diminuir. Um exemplo é o cálculo de quilos de mandioca colhidos por área plantada.

Embora os insumos sejam tão importantes, existem outras informações que também são e, por isso, temos que registrá-las. Antes de detalharmos como funciona e o que será monitorado, vamos conversar sobre o mercado.

8.2 O MERCADO

O mercado é o ambiente em que dois agentes, o produtor e consumidor, se encontram e se conectam para satisfazer seus objetivos. O produtor pretende vender seu produto e o consumidor comprar, por isso dizemos que a conexão entre eles é o produto comercializado.

Como cada um desses agentes se comportam?

É bem simples compreendermos o comportamento do mercado e nos preparar para atuar em conformidade com suas características. Todos têm pontos positivos e negativos, saber quais nos ajudam a planejar a produção.

Uma forma de compreender o funcionamento de cada um deles é anotar a quantidade que vendemos para cada um.

Veja no Quadro 9 como a produção se organiza em relação a cada tipo de mercado. As feiras (a) e os mercados locais (b) são chamados de circuitos curtos de comercialização e neles produtor e consumidor interagem diretamente e trocam informações. Assim, o consumidor pode manifestar sua preferência por um determinado tipo de produto, tamanho, peso e corte e o produtor também pode expor situações e dar explicações referentes à produção. Uma situação comum nesse tipo de circuito é que o produtor ofertará produtos da época, o consumidor saberá dessa sazonalidade e não se importará com a ausência de oferta em determinado período do ano. Nesse sistema, os dois agentes têm uma interação bem próxima que beneficia os dois.

O outro tipo de mercado se comporta de uma forma bem diferente. Os supermercados (c), frigoríficos (d) e o resto do mundo (e) fazem parte do que chamamos de circuitos longos de comercialização e lidar com eles é diferente do que acabamos de expor. Nesse caso, o produtor tem uma relação indireta com os consumidores finais e terão que atender ao padrão e às quantidades determinadas por cada um deles. Observe que ao ir ao supermercado da cidade onde reside serão encontrados produtos de diversos lugares do país e do mundo. Então a primeira pergunta a se fazer é: Por que o produto dos agricultores locais não é ofertado por este supermercado?

Redes de supermercados, frigoríficos e os mercados de exportação para outros países determinam padrão e quantidade e essa exigência acaba excluindo a produção local que, em muitas situações, não atende às determinações desse mercado. No entanto, temos visto na atualidade que essa situação está se alterando graças a emergência de grupos de consumidores com perfil mais consciente, que valorizam os produtos locais, a segurança alimentar, sem uso de agrotóxico e oriundo de sistemas sustentáveis como, por exemplo, os agroecológicos, agroflorestais, dentre outros. Diante da emergência desses grupos de consumidores conscientes, redes de supermercado tem buscado ofertar produtos locais, mesmo que ainda seja incipiente.

Quadro 9: Los tipos de mercado

a. Feira	b. Peixaria	c. Supermercado	d. Frigorífico	e. Exportação
- Preço maior - Quantidade vendida menor	- Preço maior - Quantidade vendida menor	- Preço menor - Quantidade vendida maior	- Preço menor - Quantidade vendi- da maior	- Preço menor - Quantidade vendida maior

Fonte: Elaborado pelos autores.

Fique de Olho: existem outros mercados além dos que tratamos aqui. O governo possui políticas públicas direcionadas à comercialização, como o Programa Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Além disso, é possível comercializar para bares e restaurantes. Falamos deles em seções anteriores.

Então, qual a melhor opção para ofertar os produtos da agricultura familiar?

A resposta para esta pergunta é bastante complexa, pois além das características da produção familiar que mencionamos – mão de obra familiar, diversidade e integração –, a agricultura familiar possui uma diversidade de situações reais que variam ao longo de todo o território nacional e se relacionam com aspectos naturais, sociais e culturais. Além disso, as propriedades são pequenas e, como a produção é diversificada, em muitos casos não é possível atender a uma escala mínima de produção e nem de determinados padrões – tamanho e peso – exigidos por alguns mercados. A depender do produto, é possível organizar um grupo de produtores para alcançar uma quantidade mínima a ser comercializada em grandes mercados, isso é plenamente possível.

Os circuitos curtos de comercialização são bastante adequados para os produtos da agricultura familiar, mas é preciso ter cautela. O planejamento e o monitoramento são ferramentas importantes para a comercialização. Vamos retomar a pergunta anterior: qual a melhor opção para comercializar os produtos da agricultura familiar?

Para responder a essa pergunta temos que recorrer às informações que geramos a cada transação e em cada período de tempo. As condições de mercado podem ser alteradas por vários fatores, da mesma forma que uma chuva forte pode impedir consumidores de chegar na feira em determinado dia, o preço de um produto no mercado internacional pode cair e o frigorífico também passará a pagar menos pelo frango, por exemplo. Ambas as situações podem ocorrer e nenhuma delas é agradável. Nós também não conseguimos evitá-las, mas se anotamos a quantidade que vendemos, para quem, quando e a que preço teremos um conjunto de informações muito úteis. Veja o exemplo a seguir.

Ana Terra é uma agricultora que produz em torno de 200 kg de porco por semana em sua propriedade. Ela normalmente vende toda a produção para um frigorífico. Para isso, ela precisa organizar sua produção para que os porcos tenham o mesmo peso, tamanho e a quantidade que será vendida.

Dessa forma, Ana Terra se sente segura porque já tem um destino certo para sua produção. O frigorífico paga R\$ 5,50/kg pelo porco. Ocorre que Ana Terra produz um pouco mais que os 200 kg. O excedente ela vende na feira e também prepara o almoço da família pelo menos duas vezes por semana, usa e comercializa na feira a banha do porco. A seguir exemplificamos como Ana Terra fez suas anotações no mês de abril.

Caderno de Monitoramento da Agricultura Familiar da Ana Terra				
Mês: Abril				
DIA	QDE (kg)	PRODUTO	PREÇO (R\$)	CONSUMIDOR
02	200	Cerdo	5,50	Frigorífico
02	15	Cerdo	8,50	Feria
02	3	Cerdo	5,50	Familia
02	1	Manteca	3,00	Feria
02	1	Manteca	3,00	Familia
09	200	Cerdo	5,50	Frigorífico
09	12	Cerdo	9,00	Feria
09	6	Cerdo	5,50	Familia

Nesse exemplo de anotações temos algumas coisas para observar sobre a rotina da Ana Terra::

- 1 – O Frigorífico é o maior consumidor em quantidade e o que paga o menor preço.
- 2 – A feira é o local onde Ana Terra vende o excedente produzido. Lá ela consegue vender uma quantidade menor de quilos de carne, mas o preço é maior do que é pago pelo Frigorífico.
- 3 – Como uma boa agricultora familiar, Ana Terra sempre faz um porco para a família, pois sabe o tanto que comer um porco de qualidade faz bem para a saúde.

Para simplificar, esse exemplo utilizou apenas o porco como produção da Ana Terra, mas sabemos que ela produz galinhas, feijão, tem ovos, hortaliças, dentre outros produtos. Todos eles devem ser anotados no caderno.

O que o monitoramento da comercialização da produção mostrará a Ana Terra ao longo do tempo?

Mostrará cuanto ha producido, ha vendido y cual el precio. También mostrará informaciones sobre cuanto su familia ha consumido, cuanto ha cambiado o simplemente ha donada. Lo que ha sido consumido, donado y cambiado también debe ser anotado en el cuaderno. Normalmente, esas relaciones no son contabilizadas como receta, pero Ana Terra ha percibido que hace diferencia al final de mes y del año. Esa transacción que no involucra dinero llamamos de renta no monetaria.

Ana Terra ha sido bien sucedida en sus anotaciones, pues a partir de ellas ha conseguido planear la producción y la comercialización, además de planear nuevas actividades, una vez que ha conseguido visualizar cuanto de la renta es generado

A **renda não monetária** é aquela produção que o agricultor usou para fazer o almoço em família na sua casa, de um parente, aquele outro que você trocou na feira por uma galinha ou, ainda, aquela doação que você fez para ajudar a igreja.

Já a **renda monetária** está relacionada ao valor pago pela produção do agricultor familiar em troca de dinheiro, cartão de débito e crédito.

por sus subsistemas productivos. Entonces, ha pasado a diseminar el cuaderno contando para otros agricultores y agricultoras las ventajas que ha percibido.

Ana Terra conta sua experiência para Senhor Olívio

Ana Terra estava conversando com Seu Olívio e contando como foi bom anotar tudo. Ela disse que conseguiu planejar melhor a produção e a comercialização, sabia que diversificar o número de clientes era mais seguro que vender tudo para o Frigorífico, mas que era muito importante mantê-lo como cliente, mesmo pagando um preço menor. Ela explicou a Seu Olívio que a grande quantidade que vendia ao Frigorífico compensava o preço e que ela não conseguiria vender aquilo tudo na feira.

Seu Olívio achou muito interessante e ficou com muita vontade de anotar tudo, disse para Ana Terra que ia chamar sua filha Sandra para ajudar nas anotações e que todo dia, ao chegar do trabalho, sentariam e fariam o registro. Ana Terra ficou superfeliz por ter compartilhado essa experiência com Seu Olívio e ainda contou sobre mais uma descoberta e sugeriu para ele: *“Seu Olívio, anote também tudo que sua família consome de produtos, o que doa e o que troca. O senhor vai se surpreender e ficará mais animado com a atividade. Tem muitos produtos que não precisamos comprar porque produzimos e eles precisam entrar nas contas que fazemos”*. Vamos as contas que a Ana Terra fez?

1 – Separou os consumidores por tipo:

a) Frigoríficos: preço e quantidade de porcos fixos – definidos previamente

Caderno de Monitoramento dea Agricultura Familiar de Ana Terra			
Mês: Abril			
Cliente: FRIGORÍFICO			
PRODUCO	QUANTIDADE (kg)	PRECO	TOTAL (QxP)
Cerdos	200	R\$5,50	R\$1.100,00
Cerdos	200	R\$5,50	R\$1.100,00
Cerdos	200	R\$5,50	R\$1.100,00
Cerdos	200	R\$5,50	R\$1.100,00
Total	800	R\$5,50	R\$4.400,00

b) Feiras: preço e quantidades variáveis – dependem do excedente produzido e do preço negociado no dia

Caderno de Monitoramento da Agricultura Familiar de Ana Terra			
Mês: Abril			
Cliente: FRIGORÍFICO			
PRODUTO	QUANTIDADE (kg)	PREÇO	TOTAL (QxP)
Cerdos	5	R\$8,50	R\$42,50
Cerdos	15	R\$8,50	R\$127,50
Cerdos	8	R\$10,00	R\$80,00
Manteca	1	R\$3,00	R\$3,00
Total	29	-	R\$255,00

c) Consumo familiar e outros: quantidades variáveis conforme excedente produzido. Como o produto é consumido, doado ou trocado, utilizamos o menor preço pago no mercado, neste caso R\$5,50.

Caderno de Monitoramento da Agricultura Familiar de Ana Terra				
Mês: Abril				
Cliente: FRIGORÍFICO				
PRODUTO	CONSUMO	QUANTIDADE (kg)	PREÇO	TOTAL (QxP)
Cerdos	Familiar	9	R\$5,50	R\$49,50
Manteca	Familiar	1	R\$3,00	R\$3,00
Cerdos	Iglesia	12	R\$5,50	R\$66,00
Cerdo	Vecinos	10	R\$5,50	R\$55,00
Total		32	R\$5,50	R\$129,50

O faturamento do mês de abril da Ana Terra é a soma de tudo que entrou, ou seja, de todas as transações.

FRIGORÍFICO + FEIRA + CONSUMO FAMILIAR = FATURAMENTO

R\$4.400,00 + R\$255,00 + R\$129,50 = R\$4.784,50

RENDA MONETÁRIA = R\$4.655,00

RENDA NÃO MONETÁRIA = R\$129,50

PRODUÇÃO TOTAL DA ANA TERRA – 861kg/MÊS

Imagina o tanto de informações que Ana Terra terá ao final de um ano! O monitoramento vai ajudar a planejar a produção, a compreender o comportamento dos preços e também a realizar sonhos, crescer e prosperar junto com a comunidade.

Monitoramento: pode ser entendido como um conjunto de atividades de produção, registro, acompanhamento e análise das informações geradas. Pode ser realizado individualmente, pela família de forma coletiva e por grupos de produtores, cooperativas, associações etc.

Fique de olho: a legislação sanitária e ambiental é importante para que determinados produtos sejam comercializados, principalmente os de origem animal. Portanto, é preciso estar atento às normas e regulamentos para produção, transporte e acondicionamento da produção familiar.

Até aqui mencionamos o registro das informações relacionadas à comercialização, mas isso não é o suficiente, pois o controle econômico e o monitoramento envolvem outras etapas, como a análise dos custos de produção, que é tão importante quanto o que acabamos de expor. Normalmente, os agricultores e as agricultoras estão superatentos às quantidades e ao preço dos insumos necessários à produção, pois, como sabemos, é um componente muito oneroso. Alguns produtores dizem que os gastos com insumos são responsáveis por quase 80% do custo de produção do porco, então é realmente importante anotar para fazer um controle da quantidade, preço e qualidade.

É importante observar que muitas propriedades possuem sistemas integrados que fornecem insumos para a produção de hortaliças, milho, dentre outros, e são utilizados para alimentar a criação. Essa integração reduz os custos de produção, então é fundamental anotar, por exemplo,

quando o milho e as hortaliças produzidas na propriedade são utilizados como alimento para as criações para perceber o quanto é reduzido no custo de produção ao se adotar um sistema integrado.

Custo de produção: inclui todos os gastos necessários para a produção.

Exemplo sistema animal: ração, mão de obra etc.

Exemplo sistema agrícola: calcário, esterco, mão de obra etc.

Mas, além dos insumos, os registros sobre os demais custos são muito valiosos, principalmente a mão de obra. Nas atividades familiares é muito comum que a família se envolva, mas acabamos não incluindo as muitas horas dedicadas. Porém, precisamos saber o tempo que estamos destinando à produção e à comercialização. Além da família, existem agricultores que ajudam na produção, colheita de outros agricultores e isso também precisa ser registrado. Chamamos essa ajuda como “troca de dias” e, normalmente, é uma atividade não remunerada

A troca de dias

Hoje Seu Olívio vai ajudar Ana Terra no plantio do milho e Ana Terra e o seu filho irão ajudá-lo na próxima semana, ou seja, estão trocando dias de trabalho sem o uso de dinheiro, isso é um custo. Se ninguém puder ajudar Seu Olívio é bem provável que ele contrate esse serviço.

Vamos retomar o Caderno de Anotações da Agricultura Familiar e registrar os custos para produção de porcos.

Caderno de Anotaciones de la Agricultura Familiar

Mês: Abril

PRODUCTO	CANTIDAD TOTAL	TOTAL GASTADO
Ración	300	R\$781,00
Vacuna	360	R\$50,00
Maíz	360	R\$108,00
Mano de obra	11 (h)	R\$220,00
Total		R\$1.159,00

O custo de produção será:

$$\begin{aligned} \text{RAÇÃO} + \text{VACINA} + \text{MILHO} + \text{MÃO DE OBRA} &= \text{COSTO} \\ \text{R\$781,00} + \text{R\$50,00} + \text{R\$108,00} + \text{R\$220,00} &= \text{R\$1.159,00} \\ \text{CUSTO INSUMOS} &= \text{R\$939,00} \\ \text{MÃO DE OBRA} &= \text{R\$220,00} \\ \text{CUSTO TOTAL DE PRODUÇÃO} &= \text{R\$1.159,00} \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} \text{O custo total da produção / quantidade produzida} &= \text{custo por quilo} \\ \text{R\$1.159,00 / 252} &= \text{R\$4,59} \end{aligned}$$

Falamos sobre a importância de monitorar a quantidade de mão de obra, então sugerimos que o **Caderno** tenha uma anotação sobre as horas trabalhadas. É bem simples: basta anotar o dia, o nome do trabalhador, que pode ser um membro da família ou colega de atividade, e as horas que foram dedicadas à produção e comercialização. Vejamos as anotações do Seu Olívio, retomando o exemplo do quadro anterior.

Todos na família exercem alguma atividade produtiva. Dona Branca ajuda na horta, na criação de galinhas, de porcos e na feira, Sandra também e, quando tem tempo, costuma estudar sobre a atividade e sonha em construir um pequeno frigorífico.

Caderno de Monitoramento da Agricultura Familiar

Mês: Abril

Dia	Trabalho	Tempo	Produção	Comercialização
02	Señor Olívio	6	X	
02	Señor Olívio	6	X	
02	Dueña Branca	2		X
09	Dueña Branca	4	X	
09	Sandra	4	X	X
09	Ana Terra	6	X	
09	Señor Olívio	6	X	

As anotações do Seu Olívio mostram a divisão do trabalho na propriedade. Por ela sabemos que Dona Branca e Sandra trabalham tanto na produção quanto na comercialização, enquanto Seu Olívio, pelo menos no mês de abril, dedicou mais tempo à produção. Ana Terra, amiga da família, também contribuiu com a produção.

O objetivo desse caderno de anotações é mostrar que toda a família pode estar envolvida nas atividades e que pode ou não existir laços e relações de parceria entre os agricultores da comunidade. Essas informações são importantes para o planejamento da produção, organização do trabalho comunitário e familiar e na busca por alternativas e soluções coletivas. Um exemplo é a compra coletiva de insumos por um preço menor. Passamos então a outro passo importante, vamos descobrir qual a receita líquida da atividade. **O LUCRO!**

Vimos como registrar as vendas e chegar ao faturamento total, registrar os custos e chegar ao custo total. Vimos, ainda, como organizar a produção em função da divisão social do trabalho. Agora, vamos descobrir se tudo que estamos fazendo está valendo a pena, afinal, tem que sobrar uma renda para satisfazer às necessidades familiares e aumentar o bem-estar. Além disso, é possível pensar em ampliar a produção e a ofertar novos produtos ao mercado.

$$\text{LUCRO} = \text{FACTURAMENTO TOTAL} - \text{CUSTO TOTAL}$$

Se o faturamento for maior que o custo total, a família terá lucro, mas se ocorrer o contrário a família terá prejuízo, ou seja, gastará mais com a produção do que recebendo e, então, é preciso ajustar e reorganizar a produção. O mesmo ocorre quando o lucro é pequeno e não é suficiente para arcar com as necessidades familiares. Porém, um lucro maior pode suprir as despesas da família e ainda ser reinvestido na produção. Ao fazer isso, ela pode crescer, outros produtos podem ser ofertados e novos mercados acessados.

É muito importante que a atividade seja lucrativa, mas, tão importante quanto o lucro, é que a família de agricultores diversifique a produção e garanta a segurança alimentar familiar. Assim, fazer a transição agroecológica é fundamental. Por tudo isso que fazer as anotações todos os dias é essencial, pois se conhece, aprende e aprimora as atividades realizadas na propriedade familiar. Além de se tornar mais forte e conseguir superar desafios.

Informação é PODER!

Poder Planejar: com tudo anotado é mais fácil planejar a produção e a comercialização, se antecipar para as situações difíceis, como crises e períodos que os preços não estão bons. É possível negociar preços com intermediários, atravessadores, donos de frigoríficos e redes de supermercados.

Poder Propor: com tudo anotado somos capazes de propor novos projetos, novas ações e novas políticas públicas.

Poder Promover: com tudo anotado conseguimos obter crédito para ampliar a produção, acessar novos mercados e inserir novos produtos.

Ter informação é mostrar que sabemos o que estamos fazendo e por que estamos fazendo. Então, agricultores e agricultoras familiares, registrem e monitorem tudo para conhecer o poder que as informações têm de transformar a realidade. Informação é poder melhorar a vida das famílias de agricultores e agricultoras e da sua comunidade!

A seguir montamos uma proposta de cadernos para o Monitoramento Econômico da Agricultura Familiar. Nele você poderá fazer suas anotações conforme vimos ao longo da deste texto e as informações podem ser utilizadas pela família e pela associação. Se todo grupo de agricultores associados realizarem o monitoramento e enviar uma cópia para a associação, será possível dimensionar as informações em um nível maior e promover ações conjuntas que beneficiem a todos.

8.3 CADERNOS DE MONITORAMENTO ECONÔMICO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Esta proposta de Caderno de Anotações pode e deve ser adaptada conforme as especificidades da atividade produtiva e/ou grupo de agricultores e agricultoras. O importante é que seja um documento simples de ser usado e consultado.

**PARTE 4 – INSTRUMENTOS DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS
DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA NO CAMPO E MÉTODOS
PARA INTERVENÇÃO PARTICIPATIVA**

O ENFOQUE PARTICIPATIVO E A EXTENSÃO RURAL

O trabalho de assistência técnica e extensão rural requer um enfoque participativo e de ações de mediação, em que a condução prática favoreça ao diálogo com a comunidade beneficiária pelo processo de intervenção social. O papel do técnico mediador é também educativo e o seu discurso está permeado pelo saber científico e pelo saber local. Com o intuito de contribuir com o processo didático-pedagógico, elencamos alguns instrumentos que possam auxiliar o trabalho do extensionista na prática.

Reuniões: as reuniões têm como objetivo discutir e deliberar sobre alguma questão atinente ao tema da agricultura familiar. Ela permite a troca de ideias entre os membros, desenvolver capacidade de se organizar coletivamente, informar sobre algum fato e/ou avaliar algum processo.

Palestras técnicas, cursos e oficinas: têm como objetivo capacitar, informar, construir ou acessar conhecimentos na área da agricultura familiar. As formações, palestras e oficinas têm posturas didáticas participativas de aprendizagem mútua. A preocupação com a adequação da linguagem é importante, pois pode ampliar o vocabulário de um grupo como forma de aumentar o poder argumentativo, tanto dos beneficiários quanto do responsável pela coordenação da atividade.

Campanhas e contato face a face: têm como finalidade organizar uma série de ações de divulgação, utilizando os mais diversos meios de comunicação, com vistas a mobilizar, alertar ou facilitar algum trabalho de ação coletiva e/ou pública para a agricultura familiar. O contato do extensionista com os beneficiários da ação possibilita informar ou dar início à organização de atividades com indivíduos ou grupos. Quando se estabelece contatos, é bom anotar nomes, datas e locais que possibilitem ações para novas atividades e encontros.

Visitas orientadas ou dia de campo: têm como intuito conhecer algum espaço, coletar dados e realizar contatos. A visita possibilita a observação prá-

tica de alguns procedimentos. Um dia de campo, por exemplo, possibilita desenvolver processos produtivos por meio da demonstração técnica em que a troca de experiência entre agricultores familiares é um fator interessante.

Concursos: motiva a melhoria da produtividade do agricultor familiar e a introdução de novas técnicas e tecnologias. Apesar da competição, o concurso auxilia no componente técnico e de buscar alternativas que possam melhorar a propriedade do(a) agricultor(a) familiar.

AS TÉCNICAS PARTICIPATIVAS ESTÃO APRESENTADAS NO MANUAL ELABORADO POR VERDEJO (2006)

- a) Observação participante: propõe aproveitar as possibilidades de compartilhar alguns momentos do cotidiano com a população local. É uma ferramenta para a primeira fase de pesquisa. Serve, também, para conhecer a realidade da comunidade e criar certa confiança para compartilhar tempo com os envolvidos.
- b) Entrevistas semiestruturadas: esta ferramenta facilita criar um ambiente aberto de diálogo e permite à pessoa entrevistada se expressar livremente sem as limitações criadas por um questionário.
- c) Mapas e maquetes/mapeamento participativo: os mapas servem para o planejamento, a discussão e a análise da informação visualizada, além de mostrar graficamente os diferentes elementos do uso do espaço, enfocando, principalmente, nos recursos naturais, nas informações sobre as condições de vida, visualização da estrutura social da comunidade, as relações entre os diferentes elementos dos sistemas produtivos, os movimentos de migração e, ainda, realizar uma projeção futura para a comunidade.
- d) Travessia/caminhada transversal: permite obter informação sobre os diversos componentes dos recursos naturais, a vida econômica, as moradias, as características de solos etc. É realizada por meio de uma caminhada linear que percorre um espaço geográfico com várias áreas de uso e recursos diferentes. Ao longo da caminhada, se anotam todos os aspectos que surgem pela observação dos participantes em cada uma das diferentes zonas que se cruzam.
- e) Calendários e uso do tempo: permite destacar as atividades que mais tempo ocupam, as épocas dos diferentes cultivos e seus respectivos trabalhos em um período agrícola. Podem ser cobertos processos longos em

um calendário histórico ou a distribuição do tempo em um dia habitual de trabalho.

f) Diagramas: permitem analisar de maneira acessível todos os aspectos complexos e inter-relacionados. Podem ser visualizadas tanto as relações causa-efeito (com a árvore de problemas) como a intensidade e importância das relações institucionais (diagrama de Venn), comerciais ou de produção (fluxogramas de comércio e produção).

g) Matrizes: comparam diferentes opções para poder classificá-las, analisá-las, hierarquizá-las ou avaliá-las. Para isso se trabalha com critérios que permitem fazer essas comparações, isto é, a matriz de comercialização pertence à primeira fase de pesquisa de um Diagnóstico Rural Participativo (DRP), já as matrizes de avaliação, as alternativas e a hierarquização são, definitivamente, ferramentas da segunda fase de pesquisa. O cenário de alternativas se aplica, em geral, na última parte dessa segunda fase para fixar e concretizar as medidas que a comunidade tomará, finalmente, para enfrentar os seus problemas.

h) Análises de gênero: é parte integral de um diagnóstico participativo. As relações de gênero influem em todos os aspectos de uma comunidade, tanto produtivos quanto sociais. As medidas que a comunidade tomará para melhorar a sua situação, igualmente terão uma repercussão nessas relações e devem ser analisadas e discutidas previamente.

i) Outras ferramentas: além dos instrumentos “típicos” do DRP apresentados anteriormente, existem as ferramentas “tradicionais”, como os questionários, a análise de dados secundários, as fotos aéreas e de satélite e que também podem ser válidos em certos casos. Porém, antes de utilizá-los, sempre devemos nos perguntar se a quantidade de informação que vão gerar realmente é necessária e se temos a capacidade de analisá-los adequadamente (VERDEJO, 2006).

Apesar das inúmeras técnicas apresentadas, o uso de métodos participativos não implica em “pacotes técnicos” prontos. É necessário ajustar a técnica à realidade da comunidade local, sem preocupar-se apenas com sua aplicação, mas também com os valores presentes na interação social dos indivíduos, pois, em muitos casos, as técnicas participativas precisam ser adaptadas em virtude da realidade local e do processo de intervenção.

Quanto às escolhas das técnicas, Coelho (2005) salienta que o profissional, entendido aqui como o técnico extensionista, é um dos agentes do processo de conhecimento e cabe a ele a responsabilidade de escolhê-las. Além disso, exerce a função de criar espaços propícios à realização de formas interativas e discursivas, espaços de discussão e de negociação, cuja coordenação deve ser facilitar a alternância de responsabilidade na condução das propostas que vão surgindo durante o desenvolvimento da técnica.

No trabalho de extensão com agricultores familiares, por exemplo, não basta apenas dominar o conteúdo técnico e transferi-lo à comunidade, é necessário estabelecer uma interdisciplinaridade que agrega técnicas de pesquisa social, com as quais o técnico estabelece uma postura coletiva, participativa e ativa no nível da captação da informação. Compete ao técnico, então, ter domínio sobre os elementos teóricos e adaptá-los para uma linguagem comum capaz de permitir um nível de compreensão que não afete ou desestime os atores sociais envolvidos no processo de intervenção. Nesse sentido, o papel daquele que conduz o processo de intervenção (pesquisador/extensionista) em trabalhos que envolvem uma ação participativa que é o de estabelecer o diálogo e a aprendizagem mútua com todos os sujeitos envolvidos na ação.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, V. L. F. **Política Pública**. México: Siglo XXI Editores, 2010.
- ANDRADE, H. M. **La cartografía social para la planeación participativa: experiencias de planeación con grupos étnicos en Colombia**. Proyecto Capacitación para profesiones del Sector Ambiental. Ministerio del Medio Ambiente e ICFES, 1997.
- ASSIS, R. L., AREZZO, D. C. Propostas de difusão da agricultura orgânica. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 2, p. 287-297, 1997.
- ASSIS, R. L., ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Revista de Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 6, p. 11-28, 2002.
- BRASIL Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Como criar e administrar associações de produtores rurais: manual de orientação**. 6ª ed. Brasília: MAPA, 2012.
- BRASIL. Lei do Cooperativismo nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei n. 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: [CARNEIRO, M. A. **Extensão Universitária – versão e perversões**. Rio de Janeiro, João Pessoa: Presença/UFPB, 1985.](https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4080268&disposition=inline#:~:text=JULHO%20DE%202006.-,Estabelece%20as%20diretrizes%20para%20a%20formula%C3%A7%C3%A3o%20da%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20da,Art. Acesso em: 23 de set. 2020.</p></div><div data-bbox=)

CARNEIRO, M. J. Ruralidades: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 11, p. 5-25, 1998.

CHAMBERS, R. **Farmer first: innovation and agriculture research**. London: Intermediate Technology, 219 p, 1993.

COELHO, F. M. G. **A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos**. Viçosa: Ed. UFV, 2005.

COLETTE, M. M. Moderação. In: BROSE, M. (Org.). **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001. p.17-24.

CONAPE – Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca. **3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca**. Brasília: Conape, 2009.

DIAS, M. M. Notas de Aulas de ERU 451 – Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa, 2006.

DIAS, M. M. As mudanças de direcionamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) em face do difusionismo. *Revista Oikos*, v.18, p.11-21, 2007.

DINIZ, F. H. **Produção de Leite com Qualidade em áreas de assentamento: proposições de intervenção como inovação**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2007.

- ESQUERDO, V. F. S; BERGAMASCO, S. M. P. P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do Circuito das Frutas (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, p. 205-222, 2014.
- FIGUEIREDO, R.P. de. Extensão rural no Brasil: novos tempos. **Revista Brasileira de Tecnologia**, v. 15, p.1 9-25, 1984.
- FIUZA, A.L. de C.; DOULA, S.M.; PINTO, N.M de A.; MONTEIRO, V.F.C. A politização da agroecologia: uma reflexão crítica. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, v. 18, p. 22-38, 2007.
- GRISA, C; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, p. 125-146, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2DXQo33>. Acesso em 16 set. 2018.
- KARAM, K.F.; FREITAS, L.A. dos S. de. **Pesquisa, extensão e aprendizagem participativa** – PEAP: subsídios teórico-metodológicos. Florianópolis: [s.n.], 2008. Relatório Final.
- KLIKSBERG, B. Six unconventional theories about participation. **International Review of Administrative Sciences**, v. 66, p. 161-174, 2000.
- LEPRI, M. C. A sociologia rural e seus duplos sentidos. In: BRUMER, A; PIÑEIRO, D. (Orgs.). **Agricultura latino-americana**. Novos arranjos e velhas questões. Porto Alegre: EdUFRGS, p. 9-18, 2005.
- LOPES, M. F.; SILVA, P. F. G.; SOUSA, N. T. A. Economia Doméstica e prática extensionista: imagens e memórias de campo disciplinar. In: SOUSA, D. T.; MORENO, A.; NEVES, C. A.; VIEIRA, L. B. (Org.). **Práticas e reflexões na extensão universitária: a experiência da Universidade Federal de Viçosa**. Viçosa (MG): Editora UFV, 2017.
- LORIO, C. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In: ANTUNES, M.; ROMANO, J. **International Workshop**. Rio de Janeiro, 2002.

MARTINS, J. S. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária.** Porto Alegre: Editora de UFRGS, 238 p, 2003. (Col. Estudos Rurais).

MIELITZ NETTO, C. G. A. A política agrícola brasileira, sua adequação e sua funcionalidade nos vários momentos do desenvolvimento nacional. In: BONNAL, P; LEITE, S. P. (org.). **Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação.** Rio de Janeiro: CIRAD/Mauad X, p. 221-251, 2011.

MILAGRES, C. S. F. **O Uso da Cartografia Social e das Técnicas Participativas no Ordenamento Territorial em Projetos de Reforma Agrária.** Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, 2011.

MORAES, L. L. *et al.* Pedagogia feminista como processo educativo para a reflexão da política pública de ATER no Nordeste. **Revista Interritórios.** Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, Brasil. v. 4, n. 6, 2018.

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras, SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. **Fundamentos do Cooperativismo.** FARDINI, G. (Org.). Brasília: Sistema OCB/Sescoop, 2017.

PASCHOAL, A. Modelos sustentáveis de agricultura. **Agricultura Sustentável,** Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 11-16, jan./jun. 1995.

PAULILO, M. I. S. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.

PETARLY, R. R. **Assistência técnica e extensão rural pra quê?** O caso da cooperativa agropecuária de Patrocínio. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG. 2013.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural,** Brasília, v. 52, p.63-84, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2rmvkk7>. Acesso em 02 fev. 2018.

PRESNO AMODEO, N. B. **As cooperativas agropecuárias e os desafios da competitividade.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Agricultura

e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ. 1999.

RIBEIRO, S. Elementos para uma elaboração sobre o papel das ONGs na agricultura sustentável. *In*: ALMEIDA, J., NAVARRO, Z. (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, p. 19-29. 1997.

ROGERS, A. A extensão rural de terceira geração: em direção a um modelo alternativo. **Revista Atualização em Agroecologia**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 9-11, 1995.

SCHNEIDER, S. **A diversidade da Agricultura Familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Revista Educação e Realidade. Porto Alegre, 20 (2), 1995.

SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. **Cooperativismo como alternativa de Desenvolvimento: Noções básicas**. Brasília: SESCOOP, 2007.

SISTEMA OCB/SESCOOP-GO. **Cooperativismo, Gestão e Desenvolvimento na prática: Boas Práticas de Administração**. Goiânia: OCB/SESCOOP, S.d.

SISTEMA OCB/SESCOOP-GO. **Cooperativismo, passo a passo: Educação Cooperativista**. Goiânia: OCB/SESCOOP, S.d.

SOUSA, D. N. **Mediadores sociais e políticas públicas de inclusão produtiva da agricultura familiar no Tocantins: (des)conexões entre referenciais, ideias e práticas**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS. 2019.

SOUZA, M. M. O. de. A utilização de metodologias de diagnóstico e planejamento participativo em assentamentos rurais: o diagnóstico rural/rápido participativo (DRP). **Revista EM EXTENSÃO**, Uberlândia, v. 8, n. 1, p. 34 - 47, jan./jul. 2009.

VALADARES, J. H. **Teoria Geral do Cooperativismo**. Convênio UFV/Ministério do Desenvolvimento Agrário Viçosa, MG: UFV. Material da disciplina de ERU 579 da Pós-Graduação lato sensu em Cooperativismo, 2005.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, out. 2003.

WEID, J. M. **A trajetória das abordagens participativas para o desenvolvimento na prática das ONGs no Brasil**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 40 p. 1997. (Textos para Debate, 57).

